

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O CONCEITO DE RACIONALIDADE NO INSTITUCIONALISMO

BRUNO PAIM

Porto Alegre, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O CONCEITO DE RACIONALIDADE NO INSTITUCIONALISMO

Autor: Bruno Paim

Orientador: Prof. Dr. Octávio A. C. Conceição

Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências  
Econômicas apresentado como exigência parcial  
ao Bacharelado da Faculdade de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal do Rio  
Grade do Sul.

Porto Alegre, 2009

## RESUMO

O objetivo deste estudo é encontrar uma linha divisória entre os diferentes conceitos de racionalidade que compõem o Institucionalismo, aqui representado pelo Antigo Institucionalismo, pela Nova Economia Institucional e pelo Neo-Institucionalismo. Ademais, tentou-se contrapor tais perspectivas à economia neoclássica. Utilizaram-se os conceitos de Racionalidade Instrumental, Restrita e Procedimental para embasar as comparações entre as escolas, mostrando que, conforme se amplia o campo de estudo do comportamento econômico, amplia-se também o conceito de racionalidade. Desta forma, no momento em que se considera a interação evolutiva entre as instituições e os indivíduos, somente a racionalidade procedimental seria capaz de explicar o comportamento econômico e humano.

**Palavras-Chave:** Economia Institucional, racionalidade, coletivismo e individualismo metodológicos.

## ABSTRACT

This study aims at finding a dividing line between the different concepts of rationality that compose the Institutionalism, here represented by the Old Institutionalism, the New Institutional Economics, and the Neo-Institutionalism. Furthermore, this study has tried to face these perspectives against the neoclassical economics. It uses the concepts of Instrumental, Bounded and Procedural Rationality to base the comparisons among the schools mentioned above, showing that when the study field of economics behavior is broadened, the concept of rationality is consequently broadened. Therefore, once we consider the evolutionary interaction between institutions and individuals, the procedural rationality alone could explain both economic and human behavior.

**Key Words:** Institutional Economics, rationality, methodological collectivism and individualism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>6</b>
1.1 Racionalidade Instrumental .....	<b>8</b>
1.2 Racionalidade Restrita .....	<b>9</b>
1.3 Racionalidade Procedimental .....	<b>10</b>
<b>2. ANTIGO INSTITUCIONALISMO</b> .....	<b>11</b>
2.1 Metáfora Evolucionista.....	<b>12</b>
2.2 Endogeneização de Preferências .....	<b>15</b>
2.3 A Racionalidade Procedimental.....	<b>19</b>
<b>3. NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL</b> .....	<b>20</b>
3.1 Complementaridade ao Neoclassicismo.....	<b>21</b>
3.2 Individualismo Metodológico.....	<b>23</b>
3.3 Racionalidade Limitada .....	<b>26</b>
<b>4. NEO-INSTITUCIONALISMO</b> .....	<b>30</b>
4.1 Aspecto Evolucionário .....	<b>32</b>
4.2 Coletivismo e Individualismo Metodológicos.....	<b>34</b>
4.3 Retorno à Racionalidade Procedimental.....	<b>38</b>
<b>5. ABORDAGENS RECENTES</b> .....	<b>41</b>
5.1 Vernon Smith .....	<b>41</b>
5.2 Kahneman e Tversky .....	<b>45</b>
5.3 Neuroeconomia.....	<b>48</b>
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>55</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho centra-se na tentativa de distinguir o conceito de racionalidade nas escolas institucionalistas: primeiramente, o Antigo Institucionalismo de Thorstein Veblen, John R. Commons e Wesley C. Mitchell; depois, a Nova Economia Institucional de Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North; por fim, a escola definida como Neo-Institucionalista, que, conforme mostraremos, aproxima-se cada vez mais do Antigo Institucionalismo. No último capítulo, apresentamos autores mais recentes que agregam modelos interdisciplinares para o estudo do comportamento econômico, como Vernon Smith, Daniel Kahneman, Amos Tversky e a “neuroeconomia”. Estes estudos alimentam o conceito de racionalidade com novas ferramentas e têm contribuído para a explicação de diversos fenômenos econômicos.

Considerando que este trabalho versa sobre a racionalidade dos agentes econômicos, a própria metodologia das diversas correntes teóricas está sendo discutida. Isto porque o conceito de racionalidade de cada escola depende da metodologia empregada em seu estudo. Por este motivo, incluímos em cada capítulo a discussão sobre o emprego do individualismo ou do coletivismo metodológicos.

Entretanto, um estudo que se pretenda imparcial deve assumir certo posicionamento metodológico, e, neste sentido, simpatizamos com o modelo proposto por Lakatos, segundo o qual é necessário definir-se um Programa de Pesquisa Científica (PPC) para interpretar a evolução das teorias. É justamente com este propósito que iniciamos o trabalho: observar um núcleo rígido sobre o qual erige a teoria institucionalista e, talvez, demonstrar que este não constitui um programa degenerativo.

Utilizamos material publicado no *Journal of Economic Literature*, na *American Economic Review*, no *Journal of Economic Perspectives* entre outras revistas. Buscamos, até onde foi possível, ler diretamente os autores citados, contudo, em diversos momentos, foi necessário recorrer a autores que indiretamente discutem os assuntos propostos, algo que só tem a enriquecer o trabalho.

O objetivo principal é encontrar uma linha divisória que defina as diferenças na concepção de racionalidade em cada uma das escolas institucionalistas. Secundariamente, tentar-se-á contrapor estas concepções à racionalidade utilizada pela teoria neoclássica, visto que a evolução da teoria institucionalista, conforme mostraremos, é concomitante a sua crítica à teoria neoclássica, ao menos em seu início.

A racionalidade é a base sobre a qual se forma o comportamento econômico. Exige-se sua definição para entendermos as ações individuais que, agregadas, dão origem aos sistemas econômicos. Desta forma, é a partir da racionalidade que se constroem o ambiente micro e macroeconômicos necessários para o estudo e análise da Ciência Econômica. Do ponto de vista prático, estes estudos e análises darão embasamento para as políticas públicas e nortearão as ações privadas, promovendo a possibilidade de estudar os incentivos que melhor guiam o desenvolvimento econômico e humano.

## 1. APRESENTAÇÃO

“Mas, mesmo se imaginarmos um homem inteiramente subtraído a todas as influências, considerando somente seu ato instantâneo no presente e supondo que nenhuma causa o tenha provocado, admitimos um resto infinitesimal de necessidade igual a zero, e nem assim chegaremos à noção de liberdade absoluta do homem. Pois um ser, impermeável a influências do mundo exterior, encontrando-se fora do tempo e sendo independente de causas, já não é mais um homem.”

(L. Tolstói, Guerra e Paz, Epílogo, Segunda Parte, Capítulo IX)

“Porque, ocupando-se constantemente em considerar os limites que lhes eram prescritos pela natureza, persuadiram-se tão perfeitamente que nada estava em seu poder além de seus próprios pensamentos, que isso só bastava para evitar perturbarem-se com quaisquer outras cousas; e dos seus pensamentos dispunham tão absolutamente, que tinham dum certo modo razão em considerar-se mais ricos e poderosos, livres e felizes que quaisquer outros homens, que, não tendo essa filosofia, por muito favorecidos que sejam pela natureza e pela fortuna, nunca dispõem como eles de tudo o que querem.”

(R. Descartes, O discurso do Método, Terceira Parte)

“Parece, pois, que eu seja mais sábio do que ele, nisso – ainda que seja pouca coisa: não acredito saber aquilo que não sei.”

(Platão, Apologia de Sócrates, Capítulo VI)

Desde os primeiros teóricos da economia, há uma preocupação com a descrição do comportamento econômico. Aliás, desde seu primeiro expoente, Adam Smith, na Teoria dos Sentimentos Morais, há a tentativa de elucidar esta questão, adotando-se um posicionamento mais próximo à filosofia, à moral e à psicologia.

Após anos de desenvolvimento, com o auxílio do Utilitarismo, do Iluminismo e da Física Newtoniana, surgiu a teoria da decisão racional, que serve de base à teoria neoclássica desde as formalizações de Walras, Menger e Jevons. Nesta, há o total afastamento de questões morais e filosóficas, reduzindo a decisão econômica a um cálculo hedonista de prazeres e dores. Além disso, segundo esta perspectiva, o foco da ciência deveria estar em “o *quê*” o agente escolhe e não “*como*” ele escolhe. A racionalidade seria onisciente e independente do contexto à qual se insere. Segundo H. Simon (1959)<sup>1</sup>, os economistas têm demonstrado mais interesse nos

---

<sup>1</sup> Ver também Elster (1990) e Tversky e Kahneman (1990).

aspectos normativos da teoria micro e macroeconômica, confundindo cada vez mais a economia com a matemática e a estatística. O lado descritivo, que explicaria o comportamento econômico, foi abandonado no momento em que se assumiram as hipóteses da racionalidade maximizadora. Com isso, perdeu-se o contato com os dados empíricos, pois, uma vez assumidos os pressupostos, a teoria é deduzida.

No entanto, estudos têm mostrado a incapacidade da teoria da decisão racional de explicar certos comportamentos econômicos (ELSTER, 1990; TVERSKY, KAHNEMAN, 1990; SIMON, 1959, 1987). Assim, conforme Hodgson (2007c) a economia experimental e a teoria dos jogos têm revelado as limitações da teoria da escolha racional. Há uma crescente preocupação com a formação das preferências e sua evolução no tempo, ou seja, altera-se o foco para “*como*” é feita a escolha racional.

Desta forma, abre-se espaço para o estudo da influência das instituições na racionalidade, ou melhor, admite-se a endogeneidade e a dependência do contexto na formação das preferências individuais, que não são mais consideradas dadas. O resultado disto é uma oportunidade para o estudo institucionalista e evolucionário, auxiliado por uma racionalidade limitada, não só cognitivamente, mas também institucionalmente.

Apresentaremos, pois, três linhas teóricas que conjugam certos elementos para tentar sintetizar o funcionamento e a dinâmica econômicos: O Velho Institucionalismo, a Nova Economia Institucional e os Neo-Institucionalistas, incluindo, no primeiro e no último, a perspectiva evolucionista.

Conjuntamente, utilizaremos os conceitos de racionalidade instrumental (substantiva), racionalidade restrita (limitada) e racionalidade procedimental para definir em qual destes conceitos se encaixa cada uma das teorias aqui estudadas.

Para tanto, exige-se a definição do próprio conceito de racionalidade. A fim de iniciarmos nossa análise com uma das diversas versões, apresentaremos a de Simon (1987, p. 25): “people have reasons for what they do. They have motivations, and they use *reason* (well or badly) to respond to these motivations and reach their goals”. A partir disso, Simon define que a racionalidade é uma virtude intelectual calculista e deliberativa. Contudo, ao longo deste trabalho serão apresentadas inúmeras considerações que agregam conteúdo a esta perspectiva, expandindo este

conceito de racionalidade para incorporar outras faces da racionalidade antes não exploradas.

Em seguida, faremos uma breve apresentação dos conceitos que serão utilizados durante o trabalho.

### **1.1 Racionalidade Instrumental<sup>2</sup>**

Este conceito de racionalidade está intimamente ligado aos teóricos neoclássicos. Conforme Heap (1992), o indivíduo dotado de tal racionalidade escolhe as ações que maximizam seus objetivos. A teoria não deveria explicar quais são e como se formam os objetivos: deveria assumi-los como dados. Esta noção de racionalidade simplifica a relação entre as ações e os objetivos, pois retira da análise o compromisso em explicar como se formam as decisões, apenas ocupa-se em estabelecê-las.

Monastério (1995) faz referência a pressupostos implícitos que são de grande importância para os capítulos seguintes deste trabalho:

Primeiro, pressupõe-se que as alternativas de comportamento estão claramente à vista do agente; isto é, ou as opções são fornecidas aprioristicamente, ou ele não incorre em custos de procura no estabelecimento das possibilidades de ação. Além disso, o indivíduo deve conhecer todas as conseqüências derivadas de cada escolha. E, por fim, avaliar comparativamente, também sem custos ou limitações computacionais, toda esta infinidade de possibilidades. (MONASTÉRIO, 1995, p.91-92).

A partir da recusa destas simplificações, surgem novas abordagens para analisar o processo de tomada de decisão.

---

<sup>2</sup> Também nomeada “racionalidade substantiva” por H. Simon .

## 1.2 Racionalidade Restrita<sup>3</sup>

Deduzida a partir dos estudos de Herbert Simon, esta teoria evidencia as limitações impostas ao ser humano na busca da sua maximização e foi criada para tratar das incompatibilidades empíricas que a racionalidade instrumental vinha enfrentando. Simon verificou que:

[...] there is some indication that when the situation is very simple and transparent, so that the subject can easily see and remember when he is being consistent, he behaves like a utility maximizer. But as the choices become a little more complicated He becomes much less consistent. (SIMON, 1987, p. 258).

Simon conclui que, a não ser que as situações sejam simplificadas por drásticas aproximações, as escolhas na vida real não se aproximarão da maximização (SIMON, 1959, p. 259).

Assim, o autor propõe o conceito de “*satisficing*”, segundo o qual a incapacidade de atingir a maximização força o indivíduo a escolher uma alternativa que o satisfaça, independente de ser a melhor possível. O autor salienta que os níveis de aspirações dependem muito mais da psicologia que da maximização. Um exemplo utilizado está no comportamento das firmas que não necessariamente maximizam seus lucros a todo o momento, mas procuram atingir certo nível de lucro, *market-share* ou vendas que as satisfaçam (SIMON, 1959).

Além deste conceito, Simon atenta para o fato de que, devido à limitação cognitiva e informacional do ser humano, utilizam-se princípios básicos (“*rules of thumb*”) para guiar as ações. Estes seriam como “atalhos” para a tomada de decisão, diminuindo os custos incorridos na verificação das possibilidades existentes e de suas conseqüências, processo típico da racionalidade substantiva, mas limitado, conforme apresenta Simon (1959).

---

<sup>3</sup> Também nomeada “racionalidade limitada” por H. Simon.

### 1.3 Racionalidade Procedimental

A racionalidade procedimental seria um passo a mais que as considerações da racionalidade restrita. Esta assume que a racionalidade deve ser entendida considerando-se os hábitos e normas sociais que cercam o indivíduo sob análise. Assim, “a abordagem da racionalidade procedimental inclui o contexto histórico-social no qual a racionalidade instrumental, ou a restrita, é exercida pelos indivíduos” (MONASTÉRIO, 1995, p.96).

Já Simon expressa seu inconformismo com os defensores da racionalidade instrumental:

Economics without psychological and sociological research to determine the givens of the decision-making situation, the focus of attention, the problem representation, and the processes used to identify alternatives, estimate consequences, and choose among possibilities – such economics is a one-bladed scissors. Let us replace it with an instrument capable of cutting through our ignorance about rational human behavior. (SIMON, 1987, p.40).

## 2. ANTIGO INSTITUCIONALISMO

O Antigo (ou Velho) Institucionalismo, representado por Thorstein Veblen, John R. Commons, Wesley C. Mitchell e Clarence Ayres, surgiu no início do século XX como uma alternativa para a economia neoclássica. Alguns autores preferem denominar esta escola como Economia Institucional Original (OIE, sigla em inglês), caracterizando assim a originalidade do pensamento de tais autores<sup>4</sup>. Veblen (1857-1929), como precursor da escola, elaborou os alicerces para a teoria institucionalista concomitantemente com sua crítica à teoria econômica dominante na época, a economia neoclássica<sup>5</sup>. Dentre os defeitos que ele analisava, consta a caracterização do neoclassicismo como uma ciência pré-evolucionária, à qual ele propôs a substituição por uma ciência diametralmente oposta que incorporasse as idéias darwinianas de evolução (MONASTÉRIO, 1995).

Assim, em Veblen há muito mais da biologia do que da física mecanicista recorrentemente utilizada pelos autores neoclássicos. Conforme Hodgson (1992), Veblen pretendia aproximar a economia das metáforas biológicas de evolução e mudança, a despeito da aproximação neoclássica aos conceitos de estática e equilíbrio físicos (HODGSON, 1996, p.126). Já Commons possuía um enfoque mais ligado ao estudo da forma como as leis, os direitos de propriedade e as organizações evoluíam e impactavam na economia (RUTHERFORD, 1994).

---

<sup>4</sup> Durante este trabalho, esta escola será referida tanto como Original quanto como Antiga, pois não vemos impositivos em tratá-la como antiga e original ao mesmo tempo.

<sup>5</sup> Segundo Hodgson (1998, p. 169), o termo “neoclássico” foi cunhado pelo próprio Veblen para designar os teóricos que assumiam três pressupostos básicos: (1) os agentes são racionais e maximizadores, com preferências dadas e estáveis; (2) foca-se no equilíbrio, ou então no movimento em direção a ele; (3) exclui da análise problemas crônicos de distribuição das informações (como o tratamento da incerteza).

## 2.1 Metáfora Evolucionista

Entre as proposições dos Antigos Institucionalistas, estava a crítica ao formalismo<sup>6</sup> utilizado nos modelos neoclássicos. Esta aversão aos modelos advinha da recusa em entender o comportamento econômico como um cálculo *hedônico*, seguido de uma resposta *racional* a condições institucionais *dadas*, pois uma teoria econômica como esta tratava apenas dos casos normais, em equilíbrio, excluindo da análise as mudanças institucionais, essencialmente evolucionárias. Esta teoria, que se centrava no indivíduo maximizador, era fruto de uma metáfora mecanicista, que até hoje domina o *mainstream* econômico. Uma passagem de Jevons exprime com exatidão a concepção de economia admitida pelos autores neoclássicos:

A economia apresenta grande analogia com a ciência da mecânica estática e as leis da troca se assemelham às leis do equilíbrio de uma alavanca. A riqueza e o valor se explicam através do cálculo de montantes infinitamente pequenos de prazer e dor, da mesma forma que a teoria da estática apóia-se na igualdade de montantes infinitamente pequenos de energia. (JEVONS, 1983, p.4, *apud* CORAZZA, 2008, p.15).

Como exemplo, temos a visão dos economistas clássicos, para os quais os “preços naturais” são deduzidos a partir das leis econômicas, similares às leis naturais, ou leis da física. Desta forma, o “preço natural”, ou de equilíbrio, está sujeito a estas leis universais e eternas, sendo independentes do sistema econômico sob análise (HODGSON, 1996, p.27).

Soma-se a isto o ideal cartesiano de indivíduo guiado através do raciocínio lógico e cerceado pelo método. Com estas três proposições, quais sejam, o *homo economicus*, a metáfora mecanicista importada da física e a lógica cartesiana, elimina-se da análise o tempo histórico (HODGSON, 1996, p.22). O homem econômico que procura o máximo de riqueza com o mínimo de esforço, torna a economia uma “ciência abstrata, que raciocina a partir de princípios e não de fatos” (CORAZZA, 2008, p.14).

---

<sup>6</sup> Aproveitamos o conceito de formalismo expressado por Rutherford (1994, p. 7): o formalismo é aqui entendido como a substituição da escrita literária pela lógica e pelo simbolismo matemáticos.

É negando estes pressupostos neoclássicos<sup>7</sup>, que Veblen defende a utilização da metáfora de evolução e mudança pós-darwinista. Assim, propunha o estudo da evolução das instituições e seus impactos sobre a conduta humana. A metáfora importada da biologia transparece no conceito central de “causação cumulativa”, ou seja: a resposta do ser humano às exigências externas é fruto de uma seqüência de ações cumulativas e seu resultado dependerá delas. Em suas palavras:

The economic life history of the individual is a cumulative process of adaptation of means to ends that cumulatively change as the process goes on, both the agent and his environment being at any point the outcome of the last process. (VEBLEN, 1919, p. 74-75, *apud* HODGSON, 1996, p.130).

Isto é, a mudança na economia é muito mais do que a simples resposta a choques exógenos, e ainda: pequenas mudanças nas condições iniciais podem fazer grande diferença no resultado futuro, através da idéia de “*path dependence*”<sup>8</sup> (RUTHERFORD, 1994). Então, chega-se à conclusão que, para o institucionalismo, é importante conhecer-se a história para entender o presente e, talvez, projetar o futuro.

Não só Veblen procurava aproximar a ciência econômica aos fatos, pois Mitchell argumentava que, para compreendermos em completude a complexidade dos fenômenos econômicos, as observações deveriam ter maior relevância na análise. Em uma época na qual a metodologia ortodoxa “try[ed] to think out a deductive scheme and then... verif[y] that”<sup>9</sup>, Mitchell defendia a verificação empírica da teoria de modo mais apurado ao que vinha sendo feito pelos neoclássicos:

[...] to be meaningful, a verification should take the form of empirical investigation that is at least open to the possibility of finding contrary

---

<sup>7</sup> Para Hodgson (1996), o foco principal de Veblen não era uma alternativa ao mecanicismo, mas a tentativa de compreender os processos econômicos de outra forma: “Thus for Veblen a key attraction of Darwinian ideas is more to do with the examination of causal processes, of a never-ending and cumulative nature, never reaching a state of equilibrium or rest. Their lure is not to do with any supposed alternative to mechanistic theory.” (HODGSON, 1996, p.129).

<sup>8</sup> Para Herscovici (2004), a física mecanicista, sobre a qual foi formulada a economia neoclássica, estaria sujeita ao determinismo, tendo em vista que é uma teoria ergódica e, por isso, não compreende a noção de irreversibilidade do tempo, algo que apenas a aceitação de algum grau de entropia poderia ocasionar. Isto porque, segundo Herscovici “no âmbito da teoria ergódica, a média temporal das observações de um evento é igual, tendencialmente, à média espacial e que esta é independente das condições iniciais” (HERSCOVICI, 2004, p. 808).

<sup>9</sup> Em Mitchell, [1928] 1936, p. 413 *apud* Rutherford, 1994, p. 12.

evidence, or, what is often more important, evidence that the theory is incomplete. (RUTHERFORD, 1994, p.13).

Já para Commons, a teoria ortodoxa deveria apenas incorporar a política econômica e suas interferências nas instituições, posicionando as “ações coletivas” (tanto as empresas, quanto as leis e costumes) mais próximas ao centro de análise. Segundo a leitura de Rutherford (1994) sobre a visão de Commons, a teoria ortodoxa, dentre outros motivos, falhou por assumir uma harmonia de interesses, sonhando a necessidade de instituições que restringissem o comportamento individual.

Na verdade, a teoria institucionalista pagou alto preço por distanciar-se do formalismo, sendo alvo de muitas críticas quanto à imprecisão e quanto à riqueza de informações concretas que não repercutem em teorias aplicáveis (RUTHERFORD, 1994, p.25). Contudo, segundo Hodgson (1998, p. 167), as falhas do institucionalismo referem-se ao rápido desenvolvimento da matemática, à afirmação da psicologia behaviorista sobre a “psicologia instintiva”, e da filosofia positivista sobre o pragmatismo. Assim, o institucionalismo passou a ser visto como menos rigoroso e, portanto, inferior. De qualquer forma, o institucionalismo abriu espaço para discussões além do âmbito puramente econômico, trocando informações com a antropologia, psicologia e sociologia, enriquecendo suas análises e expandindo o campo de estudo. Como veremos:

[I]nstitutionalism moves from the abstract to the concrete. Instead of standard theoretical models of given, rational individuals, institutionalism builds upon psychological, anthropological, sociological, and other research into how people behave. Indeed, if institutionalism had a general theory, it would be a general theory indicating how to develop specific varied analyses of specific phenomena. (HODGSON, 1998, p.169).

A metáfora biológica que sustenta a visão vebleniana de evolução estaria assentada nas idéias de “variação” (deveria existir uma *variedade* dentro dos membros da população); na idéia de “hereditariedade” (um mecanismo pelo qual características são passadas através de gerações); por último, a “seleção natural”, sustentada pelas características anteriormente citadas, garantiria a sobrevivência e continuidade para as instituições na economia, assim como para os seres na biologia (HODGSON, 1992). Assim, a importância da metáfora consiste não só nas terminologias utilizadas na teoria institucionalista, mas na própria concepção de

realidade, para a qual a única constante é a evolução cumulativa dos seres e de suas idéias. Tal noção será desenvolvida na próxima seção.

## 2.2 Endogeneização de Preferências

Há uma diferença seminal entre a teoria neoclássica e a institucionalista: a noção de indivíduo.

Conforme Hodgson (1996) expõe em um capítulo intitulado “*The Problem of Reductionism in Biology and Economics*”, a teoria neoclássica considera o indivíduo comparativamente a uma partícula elementar da física mecanicista, reduzindo o todo às partes constitutivas. Acompanhando e reiterando este reducionismo, há a utilização da ontologia atomista: esta garantiria que as qualidades da entidade analisada independessem de sua relação com o exterior. Assim, assentada sobre os trabalhos de Newton, Descartes e Galileu, surgiu um novo método científico “characterized by its fusion of an atomist ontology with a reductionist approach to analysis” (HODGSON, 1996, p.235)<sup>10</sup>. A partir daí, os fenômenos macroeconômicos são necessariamente explicados pelos fundamentos microeconômicos (HODGSON, 1998, p.171). Na verdade, assume-se certa influência do ambiente sobre os indivíduos, mas, de qualquer forma, os aspectos essenciais do indivíduo são tidos como dados e imutáveis, ao menos durante a análise. Daí deriva-se uma economia em que não há espaço para a mudança qualitativa, na qual os processos são reversíveis, e, principalmente, na qual o tempo lógico substitui o tempo histórico (HERSCOVICI, 2004, p. 812; HODGSON, 1996, p. 22)<sup>11</sup>. Esta perspectiva, quando aplicada às ciências sociais, é nomeada de individualismo metodológico.

---

<sup>10</sup> É interessante notar que esta perspectiva é reiterada pelo Iluminismo, sendo a base para as doutrinas liberais e individualistas também nas ciências sociais e políticas, com Hobbes e Locke. Isto pode ser um exemplo de como as diferentes concepções da realidade podem ser influenciadas pelo ambiente institucional, aqui representado pela academia científica.

<sup>11</sup> Herscovici (2004) vai ainda mais longe, após definir a economia ortodoxa como determinista: “No âmbito de uma abordagem determinista, os sistemas estudados são concebidos como sistemas mecânicos estáveis, cujas características qualitativas são conhecidas e se autoconservam, e cujas evoluções ocorrem num tempo reversível” (HERSCOVICI, 2004, p. 812).

Os institucionalistas criticam esta posição, visto que o indivíduo deve ser visto em um contexto de evolução, no qual ele forma e é formado pelo ambiente macro. Como coloca Dugger (1990, p. 427): “[t]he rational decision-making of an isolated individual makes no sense to institutionalism because the individual does not exist separately from a specific culture”. Assim, não haveria espaço para o atomismo, e muito menos para o reducionismo neoclássico.

Contudo, um ponto que se deve discutir é a tendência de, ao opor-se ao individualismo, sustentar-se o coletivismo (ou holismo) metodológico. O problema estaria no fato de este também ser um tipo de reducionismo, pois, ao explicar todos os fenômenos a partir do ambiente social e cultural envolvido, passa-se a reduzir a parte ao todo. Tanto o individualismo quanto o coletivismo metodológicos são reducionistas. Isto sugere que qualquer teoria que se proponha a explicar os fenômenos sociais necessariamente deve sustentar algum grau de redução, contudo deve sempre manter a noção da dependência do todo às partes e vice-versa.

Já Rutherford (1994) discute, no capítulo intitulado *Individualism and Holism* (p. 27-50), os variados graus de cada uma das metodologias supracitadas. No Holismo Metodológico, ter-se-iam três graus:

1. O todo é mais que a soma das partes;
2. O todo influencia e condiciona o comportamento e o funcionamento das partes;
3. O comportamento das partes deve ser deduzido das leis e imposições do macroambiente ao qual a parte pertence.

Dentro desta escala de abrangência, é possível enquadrar os diferentes autores institucionalistas. Em Veblen, por exemplo, há uma clara influência das normas e convenções sociais sobre o comportamento do indivíduo. Contudo, sempre há espaço para o exercício da iniciativa individual. Uma passagem interessantíssima que expressa esta noção em Veblen é a seguinte:

It is, of course, on individuals that the system of institutions imposes those conventional standards, ideals, and canons of conducts that make up the community's scheme of life. Scientific inquiry in this field, therefore, must deal with individual conduct and formulate its theoretical results in terms of individual conduct. (VEBLEN, [1909] 1961, p.243, *apud* RUTHERFORD, 1994, p. 38)

Assim, Veblen aceita apenas as duas primeiras premissas, não reduzindo o comportamento individual aos condicionantes macrosociais. A influência do exterior

sobre o indivíduo dar-se-ia sob dois canais: através da imposição de normas sociais e agindo sobre os desejos individuais (MONASTÉRIO, 1995, p. 104).

Para Veblen, as normas institucionais condicionam as ações do indivíduo, pois este buscaria a aceitação do grupo, vendo-se restringido pelas normas em vigor. Desta forma, o agente que hipoteticamente maximizasse seu prazer estaria sujeito a regras externas, e elas poderiam afastá-lo do comportamento padrão de um indivíduo representante da racionalidade substantiva neoclássica.

O outro canal seria através da influência das instituições sobre as preferências dos indivíduos. Ao contrário da hipótese neoclássica de imutabilidade das preferências, Veblen entendia que a Ciência Econômica deveria tratar das mudanças endógenas, que ao longo do tempo afetam as preferências. Mais que isso, à medida que as instituições moldam as preferências individuais elas estão se internalizando. E ainda, as ações dos indivíduos constroem as instituições que irão moldá-los. É uma estrada de duas pistas. Como diz Hodgson: “Individuals interact to form institutions, while individual purposes or preferences also are molded by socio-economic conditions. The individual is both a producer and a product of her circumstances” (HODGSON, 1998, p.177).

Tal aspecto é fundamental para uma análise que se proponha evolucionária, pois é através deste mecanismo que se permite interpretar a economia como uma constante mudança cumulativa e sem “*end-term*”.

Para Veblen, os hábitos e rotinas tinham grande interferência sobre as decisões individuais. Os hábitos, por exemplo, ao simplificarem o processo de decisão, reduzem a fadiga e diminuem o grau de atenção sobre a ação que está sendo executada. Assim, substitui-se a noção da tomada de decisão caso-a-caso, por uma que dá espaço às instituições. Um exemplo seria o próprio comportamento capitalista “that rationality in pecuniary matters is something that is particularly encouraged by the prevailing institutions and customs of business enterprise” (RUTHERFORD, 1994, p.57). Desta forma, inclusive o mercado estaria sujeito às condições sócio-econômicas que operam através dele. Samuels (1995, p. 576) foi bem objetivo ao colocar: “It is human activity mediated through technology that determines what is a resource, its relative scarcity and its efficiency”. É neste

momento que se pode notar a importância da evolução tecnológica e da inovação para a teoria institucionalista e seus teóricos mais recentes.

Podemos analisar Commons sob o mesmo prisma: ele também argumentava que a sociedade não é a soma de partes isoladas, mas a multiplicação de indivíduos conjuntos. Ou seja, sua análise comportava o primeiro grau da enumeração previamente exposta. Contudo, ele ia mais além quando considerava que a sociedade é a soma das decisões individuais e coletivas (particularmente políticas e jurídicas). Desta forma, também sustentava o segundo grau da enumeração: “Instead of isolated individuals in a state of nature they are always participants in transactions, members of a concern in which they come and go, citizens of an institution that lived before them and will live after them” (COMMONS, [1934] 1961, p. 73-74, *apud* RUTHERFORD, 1994, p. 42).

Alguns autores recentes têm explorado este ponto, como que abrindo a “*black-box*” neoclássica. Segundo Bowles (1998), “the argument that economic institutions influence motivations and values is plausible, and the amount of evidence consistent with the hypothesis is impressive” (BOWLES, 1998, p. 76). Após considerar alguns estudos recentes que comprovam a hipótese, Bowles cita vários autores que utilizaram esta perspectiva em seus estudos, entre eles Veblen.

Conforme Hodgson (2007c), estudos recentes têm resgatado esta importância. Tanto a teoria dos jogos como a economia experimental teriam demonstrado a limitação da racionalidade onisciente e independente do contexto (substantiva), sinalizando a importância das instituições para construir o conceito de racionalidade. Assim, abre-se espaço para a construção de uma teoria com as preferências endógenas (não hedonistas), algo enfatizado pelos antigos institucionalistas. Ele conclui: “The partial rehabilitation of endogenous preferences is a major development and brings us closer to a major theme of the old institutional economics” (HODGSON, 2007c, p.11).

### 2.3 A Racionalidade Procedimental

A partir das seções anteriores, podemos propor a construção da racionalidade na teoria institucionalista. Após discutirmos sobre o comportamento humano e suas interações com o ambiente institucional, resta-nos caracterizar o conceito de racionalidade para podermos compará-lo com as outras teorias.

Como vimos, para os teóricos da Economia Institucional Original, as instituições, normas e hábitos têm importante papel na configuração das decisões humanas. Contudo, não se sustenta a crítica de que esta teoria levaria a um behaviorismo no qual as ações humanas são *guiadas* por normas, hábitos e instituições determinadas *exogenamente* à análise (RUTHERFORD, 1994, p. 55). Como foi reiteradamente apresentado anteriormente, a OIE utiliza-se do conceito de evolução cumulativa para mostrar o fato de que o ser humano é construtor e constituinte das instituições econômico-sociais.

Thorstein Veblen, como vimos, nega os dois pressupostos neoclássicos sobre o comportamento: primeiro, o ser humano não deveria ser visto como um ser que calcula instantaneamente, a partir de um cálculo racional, a solução ótima para cada caso que encontra. Em segundo lugar, o ser humano não agia simplesmente respondendo a uma função utilidade, após um cálculo de prazer e dor, ou seja, em um comportamento hedonista. Veblen e os outros teóricos do antigo institucionalismo negam o pressuposto básico da “racionalidade instrumental”.

Assim, a racionalidade de Veblen estaria mais próxima do que Heap (1992) denomina como “racionalidade procedimental”, pois o individualismo decorrente da “racionalidade instrumental” neoclássica não é coerente quando se considera a interferência das instituições nas decisões individuais.

A “racionalidade procedimental” é ainda mais abrangente que a “racionalidade restrita” de Herbert Simon, que considera a limitação cognitiva e computacional humana como impeditivas para a mente humana lidar com as informações em sua totalidade, impedindo o indivíduo de atingir a maximização em suas escolhas.

### 3. NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

Na Nova Economia Institucional (NEI), cujos expoentes são Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North, também há uma contraposição à teoria neoclássica. No entanto, tal contraposição pode ser considerada uma complementaridade, ou seja, uma tentativa de aprimorar a teoria neoclássica. Furubotn e Richter (1991) apresentam a visão dos novos institucionalistas da seguinte maneira:

Although the writings of these theorists are quite diverse in style and content, it remains true that, for the most part, the authors accept the tenets of orthodox marginalism and respect its essential usefulness. Marginalism is not rejected; but the emphasis now is on enlarging the scope of standard microtheory by taking account of previously neglected features of the economic system. (FURUBOTN; RICHTER, 1991, p. 1).

Para outros autores, algumas proposições da NEI são inconciliáveis com a teoria neoclássica. Os principais pontos diferenciais da NEI são: a existência de custos de transações; a noção de que a tecnologia não é o fator determinante para a organização da firma; e a presença das falhas de mercado como central para a análise. (CONCEIÇÃO, 2001) Tais pressupostos mostram a forma como a escola inclui as instituições na análise, algo que será debatido durante este capítulo.

Ainda em 1986, Matthews atentava para o fato de que a importância das instituições na teoria econômica crescia, tornando-a “one of the liveliest areas in our discipline” (MATTHEWS, 1986, p.903). Colocava ainda que esta nova percepção aproximou a economia de outras ciências sociais. Isto porque a escola admitia que “instituições importam”, e mais, que “os determinantes das instituições são suscetíveis à análise econômica” (MATTHEWS, 1986, p.903). Muitos destes fatos devem-se ao economista Douglass North, que aliou a análise da mudança institucional às pesquisas da história econômica e, por este trabalho, recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1993. Como veremos, este expoente da escola, cada vez mais, se distancia das bases sobre as quais a NEI se originou, tornando difícil a delimitação da escola.

### 3.1 Complementaridade ao Neoclassicismo

Segundo Rutherford (1994), a NEI surge como uma tentativa de incluir as instituições na análise econômica, mas de um modo diferente de como a OIE o fez. Os antigos institucionalistas eram inclusive vistos como descritivos, anti-formalistas, holistas, behavioristas e coletivistas. Tal posicionamento, frente aos antigos institucionalistas, é representado pela seguinte passagem de Coase:

All [American institutionalism] had was a stance of hostility to the standard economic theory. It certainly led to nothing. [...] The American institutionalists were not theoretical but anti-theoretical, particularly where classical economic theory was concerned. Without a theory they had nothing to pass on except a mass of descriptive material waiting for a theory, or a fire. So if the modern institutional economists have antecedents, it is not what went immediately before. (COASE, 1984, p. 230-31, *apud* FURUBOTN, 1997, p.430)

E é justamente fugindo destas características que a NEI buscou formar suas bases. Desta forma, há uma busca pela manutenção de certo grau de formalismo, algo conquistado a partir da aceitação de alguns pressupostos neoclássicos. Tal aspecto foi fundamental para o crescimento da escola novo-institucionalista, pois a possibilidade de incluir as instituições na análise mantendo parte da formalização da teoria convencional demonstrava a força da metodologia neoclássica, inibindo a aversão que o Antigo Institucionalismo enfrentou (FURUBOTN, 1997).

Rutherford (1994) consegue observar uma diferenciação entre dois ramos na escola novo institucionalista: os formalistas e os literários.

Ao lado dos formalistas, estaria a teoria da agência: uma das áreas que, ao buscar o tratamento matemático formal, aproximou-se da escola neoclássica, considerando a limitação informacional e cognitiva dos agentes como conceitos que restringem a racionalidade do indivíduo. A teoria dos jogos é passível de uma maior crítica por Rutherford (1994). Para este autor, a busca por utilizar as funções matemáticas dentro da teoria reduz seu poder explicativo, pois impõe três suposições: “a constância dos jogadores, a constância das regras e a estabilidade dos objetivos e do ambiente”. (RUTHERFORD, 1994, p.21) Desta forma, estes modelos não tratariam da mudança histórica.

Na ramificação literária, estariam os trabalhos de Coase, Williamson e North. Estes três autores, em maior ou menor grau, afastam-se do formalismo, mas aceitam a metodologia neoclássica se assumidas algumas restrições. Segundo Rutherford (1994), Coase defendia a utilização dos métodos econômicos tradicionais para a análise das instituições, contudo questionava a validade dos pressupostos do *homo economicus*. Na verdade, o foco principal dos seus trabalhos centrava-se na existência de custos de transação e de incerteza (CONCEIÇÃO, 2001). De qualquer forma, segundo Rutherford (1994), ele defendia que, em princípio, era necessário algum grau de investigação empírica, mas, após verificados os fatores que afetam o sistema econômico, haveria a necessidade do tratamento matemático.

Já Douglass North assume certa afinidade com o pensamento neoclássico, mas nega a utilização da racionalidade substantiva para o tratamento da análise econômica. Isto porque seus estudos de história econômica necessitam de uma interação entre as decisões dos indivíduos e seu contexto histórico e institucional, não comportando a racionalidade neoclássica (RUTHERFORD, 1994, p.22).

Assim também pensa Williamson, que inclui a racionalidade limitada e o oportunismo como causas para as falhas de mercado. Além disso, o autor coloca a importância da distribuição dos custos de transação entre a empresa e o mercado, algo considerado exógeno ao modelo na tradição neoclássica. A construção do modelo novo-institucionalista se daria, então, com a junção destes três conceitos da seguinte forma: “racionalidade limitada e oportunismo são hipóteses de comportamento que justificam a existência de custos de transação” (CONCEIÇÃO, 2001, p.37), e estes custos irão determinar a organização interna da empresa, configurando um tipo de estrutura de mercado (CONCEIÇÃO, 2001).

A complementaridade da NEI à teoria neoclássica se dá na partilha da idéia de que as preferências devem ser consideradas dadas. A NEI não nega que estas preferências podem ser moldadas, mas assume que este não é um problema a ser tratado pela Ciência Econômica. Desta forma, a NEI assenta-se nos mesmos pressupostos individualistas comuns à teoria neoclássica, o que nos leva a concluir que o individualismo metodológico é a base para a construção destas teorias (FURUBOTN, RICHTER, 1991, p. 4).

William Dugger (1990), em seu artigo *The New Institutionalism: New but Not Institutional*, como o próprio título sugere, afirma que a NEI, representada pelos estudos de Williamson, não partilha dos principais pontos do antigo institucionalismo. Dugger salienta que a OIE apresenta o aspecto evolucionário e dinâmico no sistema econômico, enquanto “Williamson’s analytical framework is not dynamic, but static, not historical, but hypothetical” (DUGGER, 1990, p.46). E mais, os custos de transação seriam analisados através da estática comparativa, ferramenta tradicionalmente neoclássica e criticada pelos antigos institucionalistas. Outro ponto fundamental estaria na representação da racionalidade nas duas correntes: mesmo rejeitando a racionalidade onisciente e assumindo a racionalidade limitada de Simon, a concepção de indivíduo da NEI não equivale à da OIE, como será visto na última seção deste capítulo.

Geoffrey Hodgson (1998) nota que, apesar da controvérsia em encontrar as diferenças entre o Novo e o Velho institucionalismo, os autores da NEI tentam construir sua teoria com base no comportamento racional individual. Desta forma, em suas palavras: “An initial institution-free ‘state of nature’ is assumed. The explanatory movement is from individuals to institutions, taking individuals as given. This approach is often described as ‘methodological individualism’.” (HODGSON, 1998, p. 176)

Como vimos no capítulo anterior, esta metodologia não é compartilhada pela Economia Institucionalista Original.

### **3.2 Individualismo Metodológico**

A Nova Economia Institucional busca explicar a existência das instituições políticas, legais ou sociais e suas conseqüências sobre a interação humana. Para tanto, parte do ponto no qual o comportamento individual é tido como dado, em um “estado da natureza” livre de instituições. Entretanto, a fim de se mostrar como se dá o processo de surgimento das instituições, é inevitável que sejam presumidas algumas regras e normas (HODGSON, 1998, 2007). O que se critica é a utilização

inicial de uma estrutura livre de instituições na qual os indivíduos racionais interagem para daí emergirem as instituições a serem analisadas.

Hodgson (1998) utiliza como exemplo uma famosa passagem de Williamson, em que este autor assume: “in the beginning there were markets” (WILLIAMSON 1975, p.20 *apud* HODGSON, 1998, p. 182). Ao contrário disso, alega-se que o próprio mercado é uma instituição e depende de convenções, regras e normas para funcionar, as quais devem ser objeto de estudo. A partir daí Hodgson conclui: “What is required is a theory of process, development and learning, rather than a theory that proceeds from an original ‘state of nature’ that is both artificial and untenable” (HODGSON, 2007b, p.327).

Seria necessário, portanto, agregar à análise o processo de “encultramento” pelo qual passam os indivíduos para que então possam interagir, pois as instituições influenciam os indivíduos e são por eles influenciadas. Como diz Hodgson: “Crucially, each individual is born into, and molded by, a world of pre-existing institutions, even if these were made by others and can be changed.” (HODGSON, 1998, p.184)

Há um problema central nesta perspectiva: quando parar de regredir na explicação das instituições? Isto porque podemos dizer que os indivíduos são fruto de tais instituições, que foram criados por outros indivíduos, que eram influenciadas por outras instituições, e assim por diante. Este seria um dilema do tipo: “quem veio primeiro: o ovo ou a galinha?”.

A resposta para tal questão está na sua reformulação: não devemos respondê-la com base na estática comparativa. Devemos utilizar uma idéia evolucionária, que tente explicar como se dá o processo de desenvolvimento e interação das instituições com os indivíduos (HODGSON, 1998). Tal percepção é base para a Economia Institucional Original (OIE), mas não é para a Nova Economia Institucional (NEI).

Hodgson (1998; 2007b) afirma que a NEI assume o indivíduo como uma partícula elementar para a construção dos modelos. E mais, que para fins da análise econômica, a NEI considera que as preferências e os indivíduos podem ser admitidos como dados. Samuels (1995) é ainda mais firme ao afirmar que a Nova Economia Institucional partilha com a teoria neoclássica dos conceitos de

racionalidade<sup>12</sup>, maximização, uma economia mercado-orientada e procura, mesmo que com menos formalização, a convencional solução de equilíbrio ótimo (SAMUELS, 1995, p.578).

Rutherford (1994) faz questão de discutir autor por autor, pois ele garante que, mesmo dentro da escola, há muitas variações. Segue, então, que para a teoria dos jogos, seria possível explicar o surgimento das normas sociais a partir dos objetivos e interesses dos indivíduos. Esta seria uma clara tentativa de endogeneizar as instituições através do comportamento racional individual, algo compatível com o individualismo metodológico. As instituições seriam, portanto, resultado da soma das decisões ótimas individuais em busca da eficiência. Já North vem crescentemente abandonando a idéia de eficiência, admitindo que a evolução institucional tem um caráter *path-dependent* de conservação que supera a força da eficiência. Outro ponto central em seus trabalhos diz respeito à importância da “ideologia” como motivadora das ações humanas. Em seu último livro, North salienta que a NIE “focuses on the beliefs that humans develop to explain their environment and the institutions (political, economic and social) that they create to shape that environment” (NORTH, 2005, p. 11).

Após estas considerações, fica transparente que a opção da NEI visa explicar os fenômenos econômicos a partir do comportamento dos indivíduos. Alguns autores incluem em sua perspectiva a relação *entre* os indivíduos. Segundo Hodgson (2007a), o individualismo metodológico teria, portanto dois graus<sup>13</sup>:

1. Os fenômenos sociais podem ser *inteiramente* explicados em termos apenas dos indivíduos;
2. Os fenômenos sociais podem ser explicados em termos dos indivíduos *mais* a relação entre eles.

O primeiro grau seria a verdadeira aspiração da economia neoclássica. Porém Hodgson, neste mesmo texto, atenta para a dificuldade de se admitir tal

---

<sup>12</sup> No entanto, como veremos, o “comportamento seria intencionalmente racional, mas apenas limitadamente assim” (WILLIAMSON, 1991b, p. 114, *apud* CONCEIÇÃO, 2001, p. 38).

<sup>13</sup> Rutherford (1994) faz uma divisão semelhante do individualismo metodológico: (1) só os indivíduos tem objetivos e interesses; (2) o sistema social e suas mudanças resultam das ações individuais; (3) todo fenômeno social deve ser explicado a partir dos indivíduos, e somente a partir deles. Aqui optou-se por Hodgson (2007a), por este autor incorporar novas percepções que serão úteis nos próximos capítulos.

ponto, utilizando o Nobel Kenneth Arrow: mesmo o mecanismo de preços da teoria neoclássica envolve interações sociais e estruturas, e, desse modo, “individual behavior is always mediated by social relations” (ARROW, 1994, p.4-5, *apud* HODGSON, 2007a, p.97).

A NEI assume o segundo nível de explicação, ou seja, a análise deve incluir a interação entre os agentes. Então, fica transparente a necessidade de que, em qualquer interação entre os indivíduos, deve haver regras e normas que permitam a compreensão e a comunicação entre os agentes. Contudo, mesmo dentro desta área há um amplo espectro para o posicionamento.

Hodgson (2007a) utiliza o trabalho do novo-institucionalista Masahiko Aoki (2001) para mostrar que, mesmo quando se explicam os fenômenos em termos dos indivíduos, é necessário partir do estabelecimento de instituições, ainda que primitivas. A conclusão de Hodgson (2007a) é incrivelmente devastadora: caso se devam incluir instituições e estruturas sociais que medeiam as interações entre os indivíduos, a metodologia não pode ser considerada mais um individualismo metodológico, mas sim algo como um “institucionalismo metodológico”. A análise econômica deve incluir os indivíduos *mais* as estruturas, focando em suas interações. Esta perspectiva já é preocupação de Douglass North e será útil para caracterizarmos a racionalidade que a escola percebe nos indivíduos.

### 3.3 Racionalidade Limitada

O conceito fundamental para a construção da Nova Economia Institucional é o da “racionalidade limitada” de Simon (correspondente à “racionalidade restrita” de Heap). Como definimos no início do trabalho, este conceito centra-se nas limitações do conhecimento humano em fazer cálculos próximos aos assumidos pela teoria neoclássica. Assim, a racionalidade humana estaria limitada a sua capacidade de cognição.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Neste ponto, deve-se fazer uma reflexão: Para Heap (1992), seria enganoso entender a racionalidade procedimental apenas como um caso de restrição à racionalidade substantiva (p. 18),

Além disso, se passarmos do nível individual para o da firma, os conceitos de custos de transação e de ‘satisficing’ comportam uma análise da limitação das empresas em atingir a maximização (SIMON, 1959).

Este conceito supera o reducionismo neoclássico do *homo economicus*, pois o fato do comportamento humano não poder ser deduzido a partir da maximização individual dificulta a redução do todo às partes. Apesar disto, Williamson argumenta que “os novos economistas institucionais recorrem à microteoria e, em sua maioria, consideram o que fazem mais como um complemento do que um substituto da análise convencional” (WILLIAMSON, 1991a, p. 17, *apud* CONCEIÇÃO, 2001, p. 36).

Neste sentido, a aplicação da microteoria na análise novo institucionalista é identificada pelo fato de que ela parte de indivíduos com preferências dadas, em um contexto social dado, que só não alcançam a maximização porque têm limitações cognitivas e informativas. Tal ponto é fundamental para a diferenciação das três escolas: neoclássica, OIE e NIE. Como sugere Dugger (1990), “the mind of Williamson’s individual is bounded; the mind of institutionalism’s individuals is culturally conditioned” (DUGGER, 1990, p.427). Dessa forma, apesar da NEI agregar perspectivas mais realistas que o “racionalismo substantivo” (neoclássicos), não alcança o nível de análise da “racionalidade procedimental” (institucionalistas), adotando o conceito intermediário de “racionalidade limitada” (novo-institucionalistas) de Simon.

Admitindo-se a existência de custos de transação e limitação cognitiva, haveria a possibilidade do surgimento de “hábitos” sociais que simplificariam a tomada de decisão, eliminando os custos de busca pelas informações e de compreensão dos problemas. O indivíduo deixaria, portanto, de “maximizar caso a caso”. Os hábitos seriam vistos como métodos para administrar os recursos escassos (neste caso, a escassez das informações e da capacidade cognitiva) (RUTHERFORD, 1994). Contudo é válido salientar que tais hábitos estão longe de serem considerados como métodos de otimização, pois eles estariam sujeitos a

---

apesar de considerá-la parcialmente complementar. Foi por este motivo que preferimos caracterizar a NEI como aderente da racionalidade limitada, mesmo que Heap não faça tal distinção. Entendemos que a racionalidade procedimental só é alcançada quando se abandona o individualismo metodológico, algo que não ocorre na NEI.

serem internalizados no comportamento humano. Mesmo assim, para Elster (1989), um hábito “may, on the whole and in the long run, have better consequences for the individual than fine-tuned search for the optimal decision” (ELSTER, 1989, p. 99).

Elster (1989) faz a diferenciação entre as “normas sociais” e os “hábitos”. Os hábitos seriam privados, enquanto as normas sociais não. Contudo, as implicações das normas sociais sobre o comportamento racional são objeto de estudos atuais. Após uma longa discussão, Jon Elster coloca a questão da seguinte maneira: “Rationality is essentially conditional and future-oriented. Social norms are either unconditional or, if conditional, are not future-oriented” (ELSTER, 1989, p. 99). Em suas publicações posteriores, Elster justifica a existência de normas sociais através do conceito de “emoções”: “Social norms, as I understand them here, are emotional and behavioral propensities of individuals” (ELSTER, 1989, p. 102).<sup>15</sup> O autor conclui que ainda não possuímos uma teoria que busque explicar tanto a existência das normas quanto o comportamento individual, sem reduzir uma à outra. Tal sentimento é explicitado por Rutherford (1994):

[...] the problems presented by norm-guided behavior are such that the traditional dichotomy between rationality and rule following is less likely to be solved by a reduction of norm-guided behavior to some type of rational choice process than by the generation of a broader conception of human motivation that can encompass both those aspects that respond to self-interest as narrowly defined and those that are driven by other ideals or psychological needs.<sup>16</sup>(RUTHERFORD, 1994, p. 80).

Hodgson (2007c) atenta para uma modificação recente: Douglass North seria um dos teóricos da NEI que passam a reconhecer a influência do contexto social nos indivíduos, aproximando-se do Velho Institucionalismo. Nas palavras de Hodgson:

He (North) accepts that institutions or a ‘common cultural heritage’ can somehow reduce divergence between the mental held by different individuals, or otherwise effect beliefs or goals. This leads us back to a theme in the old institutional economics concerning the role of institutions in melding preferences. (HODGSON, 2007C, p. 14).

---

<sup>15</sup> Tal idéia é explorada por muitos teóricos que serão tema do último capítulo deste trabalho, como Kahneman, Tversky, Damásio, entre outros. Estes representam a fronteira do pensamento acadêmico que busca entender o comportamento humano.

<sup>16</sup> Tal noção será fundamental para entendermos as abordagens recentes que economistas vem dando ao tema, assunto que será discutido no último capítulo.

Assim, não haveria mais espaço para considerarem-se as preferências como imutáveis. Com isso, fica cada vez mais difícil separar a Antiga da Nova Economia Institucional.

A NEI enfrenta uma dificuldade séria: incluir as instituições na análise mantendo o indivíduo como unidade explanatória. O individualismo metodológico parece ser incompatível com a interação indivíduo-instituição. Mesmo a racionalidade restrita não basta para explicar a evolução das instituições e dos indivíduos ao longo do tempo. Assim, “to understand individual action one must understand social context as something more than the sum of interacting instrumentally rational individuals” (HEAP, 1992, p.18).

#### 4. NEO-INSTITUCIONALISMO

“A mudança social é mediada por protagonistas individuais. Por isso, as teorias da mudança estrutural devem mostrar o modo como as macrovariáveis afetam os motivos e as escolhas individuais, e, reciprocamente, como essas escolhas afetam as macrovariáveis.”  
(HERNES, 1976, p.514 apud SZTOMPKA, 1993, p. 31)

Os neo-institucionalistas buscam aproximar-se dos conceitos do Antigo Institucionalismo, negando os fundamentos neoclássicos de individualismo metodológico e de equilíbrio. O foco centra-se nas instituições e hábitos que moldam e são moldados pelos indivíduos, através de uma evolução cumulativa. Por conseguinte, o mercado seria apenas um mecanismo que faz transparecer as instituições que o formaram e o fazem funcionar (CONCEIÇÃO, 2008). Dentre seus principais autores constam John Kenneth Galbraith, Geoffrey Hodgson, Malcom Ruherford e Warren Samuels. Os principais meios de divulgação dos seus trabalhos são as revistas *Journal of Economic Literature*, *Journal of Economic Issues* e *Journal of Evolutionary Economics*. Apesar de profundamente enraizados no Antigo Institucionalismo, os neo-insitucionalistas apresentam uma grande vantagem: eles têm mais de meio século de desenvolvimento do *mainstream* para aprimorar sua teoria e adaptá-la aos novos problemas que a ciência econômica enfrenta.

Deste modo, Hodgson (2004) salienta que após profunda crítica dos antigos institucionalistas sobre a visão da economia como uma “ciência da escolha”, na qual os indivíduos são maximizadores (visão esta predominante na segunda metade do século XX), qualquer estudo que tivesse um viés contrário a tal perspectiva era considerado “não-econômico”. Este escudo, além de proteger a visão neoclássica, poupa o esforço e o tempo de ler, entender e de se envolver com outras idéias. E mais, o formalismo exigido pelo *mainstram* acaba por exigir habilidades diferentes do economista, como Hodgson (2007c), sintetizando melancolicamente uma idéia de Mark Blaug, resumiu: “In large part, as Blaug implies, prowess with formal technique has replaced the broader intuitive, methodological and historical intellectual grounding of the great economist” (HODGSON, 2007c, p. 19).

A grande novidade trazida pelos Antigos Institucionalistas estaria na incorporação da psicologia, antropologia, sociologia e história para compreender a realidade como ela é. E esta concepção sobre o objeto de estudo da economia superou os possíveis problemas de mal ou errada formulação idéias na OIE. Ou seja, a perspectiva da economia aos olhos do Antigo Institucionalismo é de que “its foremost concern was to understand the real world rather than develop technique for its own sake” (HODGSON, 2004, p. 5).

Já em relação à NEI, Hodgson (2004) critica o fato de que as instituições nesta escola são formadas a partir da interação de indivíduos com as preferências e propósitos dados. Além disso, critica-se a alegação de que as instituições sobrevivem somente porque diminuem os ‘custos de transação’. Apesar de contribuir muito para a propagação das instituições como objeto de análise econômica, a NEI peca por não incorporar à análise a interação entre os indivíduos e as instituições, ou seja, explicar como as preferências e as perspectivas individuais co-evoluem com as instituições existentes.

Este é o principal tema desenvolvido pelos neo-institucionalistas, e durante este capítulo veremos como se está construindo tal perspectiva.

Por último, quanto ao *mainstream*, Hodgson finaliza:

Mainstream economic theory is in fact in a profound crisis. Its attempts to explain real economic phenomena in terms of given individuals by using reductionist methods, have failed. The gravity of this crisis is not widely appreciated, however. The means by which this crisis has been concealed has been to turn economics into a branch of mathematics, where the aim is not to explain real processes and outcomes in the economic world, but to explore problems of mathematical technique for their own sake. By this method, the failure of mainstream economics to provide a coherent theoretical apparatus to explain real phenomena is obscured. Seemingly, explanation no longer is the goal, and reality is no longer the object of reference. Economic thus would become a mathematical game to be played in its own terms, with imaginary rules chosen at will by the players themselves. (HODGSON, 1997, p. 5).

## 4.1 Aspecto Evolucionário

“the development of a proper evolutionary theory is possible owing to the cumulative nature of the cause and effect sequence”  
(Rutherford, 1998, p.463)

O aspecto evolucionário do estudo econômico é o fundamento principal dos neo-institucionalistas. Pensar a economia sob uma linha darwiniana é importante para libertar-nos da idéia mecanicista de desenvolvimento (HODGSON, 1996). Neste sentido, esta corrente resgata as contribuições de Veblen na direção de um programa evolucionário de análise econômica. Algumas destas contribuições são partilhadas com os Evolucionários (ou neo-schumpeterianos): por exemplo, as duas correntes criticam a noção estática e equilibrada da teoria neoclássica.

Richard Nelson e Sidney Winter, em seu famoso livro de 1982 intitulado *An evolutionary theory of economic change*, definem o problema:

Impor uma condição de equilíbrio é adicionar uma equação ao sistema matemático que caracteriza o modelo, equivalendo, portanto, a oferecer a determinação, dentro do modelo, do valor de uma outra variável. (NELSON; WINTER, 2005, p. 31).

Como alternativa a este modelo estático, eles propõem a reintrodução da teoria evolucionária para explicar as mudanças econômicas, focando principalmente na endogeneização do progresso tecnológico<sup>17</sup>, resgatando as contribuições de J. A. Schumpeter (NELSON; WINTER, 2005, p. 68). Se, por um lado, Nelson e Winter assumem uma perspectiva lamarckiana, contemplando “tanto a ‘herança’ de características adquiridas como o eventual aparecimento de variações sob o estímulo da adversidade” (*idem*, p. 28), por outro, eles contestam “enfaticamente qualquer intenção de perseguir uma analogia biológica por si mesmo” (*idem*, p. 28). De qualquer modo, reconhecem que os trabalhos recentes na direção de uma teoria evolucionária constituem “uma alternativa promissora à concepção de *homo economicus*” (*idem*, p. 28).

Ao focarem no estudo das firmas, Nelson e Winter constroem um modelo segundo o qual a firma não é vista somente como uma equação de produção, mas

---

<sup>17</sup> Em uma forte contraposição ao “resíduo” neoclássico, segundo o qual a parte do crescimento não explicada pelo modelo seria o efeito do progresso tecnológico (NELSON; WINTER, 1974).

como uma organização inserida em um mercado competitivo, sujeito a incertezas não probabilísticas e no qual a inovação assume o centro do desenvolvimento (NELSON; WINTER, 1974).

Contudo, enquanto os evolucionários são mais contidos na utilização da metáfora biológica, os neo-institucionalistas fazem uso aberto e reiterado não só das metáforas como das terminologias evolucionárias:

[the evolutionary approach] enhances a concern with irreversible and ongoing processes in time, with long-run development rather than short-run marginal adjustments, with qualitative as well as quantitative change, with variation and diversity, with non-equilibrium as well as equilibrium situations, and with the possibility of persistent and systematic error-making and thereby non-optimizing behavior. (HODGSON, 1996, p. 33)

A metáfora biológica seria utilizada tanto contra a metáfora mecanicista quanto promovendo as bases para o desenvolvimento futuro da ciência econômica. É interessante notar que há um movimento justamente oposto a esse nas ciências sociais: a chamada “sociobiologia” supõe que o processo de seleção natural resulta no surgimento do ‘homem econômico racional’. O fato da seleção natural espontaneamente gerar um homem racional carrega o conceito de maximização da economia para a biologia e outras ciências. Este seria, portanto, um caso de “imperialismo econômico” (HODGSON, 1996, p. 29). Como crítica a esta posição, estaria a própria incorporação da perspectiva evolucionária: o ser humano tende a satisfazer-se antes de competir e por isso procura grupos mais fáceis de conviver: “organisms ‘satisfice’ rather than maximize: they find niches to protect themselves from competition” (HODGSON, 1996, p. 29).

A grande vantagem da metáfora mecanicista estaria em seu maior poder de previsão frente à metáfora biológica. No entanto, a própria previsibilidade do mecanicismo está sendo desafiada cada vez mais pela não-linearidade e pela teoria do caos resultantes do desenvolvimento dos sistemas complexos<sup>18</sup>. Contudo, o argumento contra a previsibilidade na metáfora mecanicista foi muito bem explanada por Nassim Taleb, em seu recente livro *The Black Swan*. Com o auxílio de Platão, ele explica o problema: “where the gap between what you know and what you think

---

<sup>18</sup> Em Foster (2004), há uma explicação da necessidade de nos movermos de sistemas simplistas para os sistemas complexos. Nos sistemas em que, a partir de funções matemáticas, chegamos a soluções de equilíbrio, não há evolução. “Evolution can only occur when systems can change structurally, both in their internal order and in their relations with the external environment.” (FOSTER, 2005, p. 876)

you know become dangerously wide. It is here that the Black Swan is produced” (TALEB, 2007, p. XXV). Além disso, Hodgson argumenta que o maior peso da ciência deve estar na explicação e não na previsão<sup>19</sup>. A teoria do caos alerta para a dependência que o resultado de um processo tem das condições iniciais, ou seja, a teoria do caos desafia tanto o poder de previsão das teorias quanto o reducionismo do todo às partes.

Em suma, os Neo-Institucionalistas incorporam a biologia como uma metáfora para entender os sistemas econômicos. Com isso, agregam o ideário evolucionista à teoria econômica, abandonando o mecanicismo neoclássico. Como será visto, esta idéia permeia as bases sobre as quais a escola constrói seu conceito de racionalidade.

## 4.2 Coletivismo e Individualismo Metodológicos

Os neo-institucionalistas partem do princípio de que a economia não precisa de uma teoria reducionista para explicar os fenômenos, tanto das instituições quanto dos indivíduos. O principal motivo de tal aversão está na existência de uma inter-relação entre os agentes e as estruturas.

Desta forma, Hodgson (2004) invoca os conceitos de “agente” (*agent*) e “estrutura” (*structure*) para apresentar o individualismo e o coletivismo metodológico e, depois, propor uma nova perspectiva. O ser humano enquanto agente se diferencia dos demais seres vivos pela capacidade de refletir e deliberar sobre as opções, seus objetivos e os possíveis resultados da ação. As estruturas surgiriam das relações entre os indivíduos, e podem envolver regras, normas, significados, linguagem e muito mais. Estas estruturas podem ser conhecidas pelos agentes ou não.

---

<sup>19</sup> Aqui se optou por não ir adiante, visto que este assunto pode, individualmente, ser tema de uma monografia.

O que resulta da interação destes dois conceitos é a impossibilidade de reduzir o comportamento das estruturas às decisões individuais. Ainda segundo Hodgson (2004), tal perspectiva atomista surgiu no Iluminismo, pois antes disso “the individual was generally regarded as being part of, or subordinate to, some greater entity or whole” (HODGSON, 2004, p. 13). Ele ainda resgata a “mão-invisível” de Adam Smith para sugerir que os sistemas socioeconômicos têm propriedades particulares que não são reduzíveis às mãos *visíveis* dos indivíduos.

Muitas das críticas ao individualismo metodológico já foram apresentadas nos capítulos anteriores, mas é necessário resgatar algumas noções para podermos apresentar as idéias construídas tendo por base estas críticas.

Jon Elster definiu o individualismo metodológico como “a doutrina de que todos os fenômenos sociais (suas estruturas e mudanças) são, em princípio, explicáveis somente em termos do indivíduo – suas preferências, objetivos e crenças”<sup>20</sup> (ELSTER, 1982, p. 453 *apud* HODGSON, 2004, p. 16).

Apresentada no capítulo anterior, a dificuldade da NEI em seguir o pressuposto acima sugere a impossibilidade de incluir as instituições na análise e mesmo assim manter o individualismo metodológico como método de análise.<sup>21</sup> Este fato é ironizado por Hodgson:

Overall, while methodological individualism is a popular mantra, in narrow terms it is never actually achieved. Explanations are never reduced to individuals alone. The advocates of this approach fail to carry out their own prescriptions. (HODGSON, 2004, p. 22).

Já o coletivismo metodológico é o extremo oposto do individualismo e pode ser definido “simetricamente como a noção de que *todas* as intenções e comportamentos individuais devem ser explicados inteiramente em termos dos fenômenos sociais, estruturais, culturais e institucionais”.<sup>22</sup> (HODGSON, 2004, p. 23)

Tal perspectiva poderia ser identificada no marxismo, em Durkheim e é comum nos estudos sociológicos. Todos vêem as ações humanas como guiadas

---

<sup>20</sup> Em tradução livre.

<sup>21</sup> Tal dificuldade já havia sido enfrentada por Hayek. Conforme Hodgson: “Thus Hayek sought explanations of ‘social phenomena ... through our understanding of individual action’ but declared at the same page that society is composed of ‘men whose whole nature and character is determined by their existence in society’” (HAYEK, 1948, p.6 *apud* HODGSON, 2004 p. 18).

<sup>22</sup> Em tradução livre.

pelo poder das estruturas sociais sobre os indivíduos. Desta forma, os sistemas sociais teriam sua própria lógica independentes das ações individuais (HODGSON, 2004).

Quanto a esta metodologia, critica-se a perspectiva de considerar o ser humano um mero “marionete das forças sociais”. Além disso, os estudos não explicam suficientemente os processos e mecanismos pelos quais os indivíduos são alterados. Desta forma, perde-se vista da própria estrutura, pois não se sabe quais forças sociais devem ser consideradas como constitutivas das preferências individuais (HODGSON, 2004).

Estas duas metodologias mantiveram-se separadas e opostas na academia: os sociólogos próximos ao coletivismo e os economistas ao individualismo. O que Hodgson (2004; 2007a) então propõe uma tentativa de superar as dificuldades enfrentadas pelas duas metodologias, apresentando uma forma de analisar a única coisa que é estranha às duas: explicar como as instituições sociais reconstituem os objetivos e preferências individuais<sup>23</sup>. Um exemplo, já apresentado anteriormente, seria o fato de que a própria escolha individual necessita de uma estrutura conceitual para dar sentido ao mundo. O entendimento das informações só acontece com base em sistema cognitivo para processá-las<sup>24</sup>. A aquisição de tal estrutura é um processo de socialização e educação, ou seja, só pode ser apreendido através da interação com outros agentes. Desta forma, “cognition is a social as well as an individual process” (HODGSON, 2004, p. 21). Para isso, deve-se incorporar o papel da psicologia como o intercâmbio entre os dois lados.

Para construir uma posição central nesta disputa metodológica, Hodgson apresenta os estudos do sociólogo britânico Anthony Giddens. Este autor apresenta o conceito de dualidade: cada elemento pode ajudar a constituir ou sustentar o outro. A dualidade seria o oposto do dualismo, conceito no qual dois elementos são

---

<sup>23</sup> Hodgson resgata a psicologia como uma ferramenta para analisar a comunicação entre os agentes e as estruturas. Vale ressaltar que a psicologia havia sido abandonada tanto pela sociologia quanto pela economia.

<sup>24</sup> Hodgson sugere, com base em estudos da psicologia, que “human cognitive capacities are thus not reducible to individuals alone: they also depend upon social interactions and structures” (HODGSON, 2007b, p.329).

mutuamente exclusivos e independentes. “In Giddens’s theory, structure and agency are mutually and symmetrically constitutive of each other” (HODGSON, 2004, p. 31).

Contudo, ao contrário de Giddens<sup>25</sup>, Hodgson aceita a idéia das “emergent properties” (em tradução livre, propriedades emergentes), que, segundo o próprio, tem suas raízes na dialética hegeliana e também em J. S. Mill<sup>26</sup>. Mas estaria em L. Morgan (1927,1933) o principal desenvolvimento do tema: este autor verificava que em sistemas complexos emergiam propriedades imprevisíveis e não aditivas, desta forma deveríamos nos mover da metáfora mecanicista à orgânica. Tal percepção influenciou os estudos de Veblen, mas não se consolidou em uma análise específica (HODGSON, 1997). Devido à importância deste conceito para Hodgson, apresentamos sua própria definição:

A property may be said to be emergent if its existence and nature depend upon entities at a lower level, but the property is neither reducible to, nor predictable from, properties of entities found at the lower level. (HODGSON, 2004, p. 32).

A utilização deste conceito pela economia institucional e evolucionista teria três idéias centrais: primeiro, o processo evolutivo pode produzir novidades qualitativas em todos os níveis de análise; segundo, estas novidades são resultado das propriedades emergentes e, portanto, não podem ser reduzidas às partes; terceiro, a realidade é vista como uma cadeia de níveis com diferentes propriedades emergentes cada (HODGSON, 2004, p. 407).

As propriedades emergentes ainda teriam duas características importantes: podem ser partes de um nível mais elevado do sistema, e, principalmente, podem afetar as propriedades dos componentes em níveis mais baixos. Esta última característica é nomeada de *downward causation* (HODGSON, 1997). Um exemplo estaria nos trabalhos de John Kenneth Galbraith, através do efeito que a propaganda e a moda têm em reconstituir as preferências individuais. Desta forma, “[w]hat is then required is an elaboration of the causal, social and psychological mechanisms involved in the reconstitutive process” (HODGSON, 2004, p. 415).

---

<sup>25</sup> Também ao contrário de Giddens, Hodgson apóia (e muito) a utilização do evolucionismo nas ciências sociais.

<sup>26</sup> Para maiores explicações, ver Hodgson (1997).

A conseqüência principal da adoção destas idéias seria o completo abandono do reducionismo, tanto proveniente do coletivismo quanto do individualismo metodológico, pois as partes agora se comunicam entre seus diferentes níveis: há interação entre os indivíduos e as instituições. Desta forma, a própria construção da racionalidade individual deve incorporar o meio sobre o qual ela se forma.

### 4.3 Retorno à Racionalidade Procedimental

A construção do conceito de racionalidade nesta escola é uma combinação das idéias de Simon com a proposta apresentada no último subcapítulo.

Em primeiro lugar, logicamente nega-se a existência de decisões com base na racionalidade instrumental. Esta negação é explicada pela crítica de Simon quanto à incapacidade cognitiva e informacional do cérebro humano. Devido a esta incapacidade, necessitamos de “princípios básicos” (em uma tradução livre de *rules of thumb*) para ajudar no processo de decisão. Tais princípios básicos são como algoritmos: eles reduzem o número de combinações a serem consideradas, resultando em uma escolha satisfatória (e não ótima). Este é o conceito que gera a racionalidade limitada de Herbert Simon. Também propôs-se uma nova visão: “when internalized, norms become a part of the individual’s personality and resist evaluation in consequentialist terms” (RUTHERFORD, 1994, p. 76). Ou seja, estas normas limitariam a possibilidade das decisões caso a caso, pois ela não dependeria apenas da consideração do caso em questão, mas das normas internalizadas na personalidade da pessoa.

Contudo, Hodgson vai além: é necessário explicar a origem dos princípios básicos e dos algoritmos de decisão. Neste caso, haveria a dependência de fatores biológicos e culturais: “The explanation of ‘rules of thumb’ or decision algorithms

must be consistent with evolutionary principles, and will depend on specific historical, cultural and institutional circumstances” (HODGSON, 2004, p. 421).<sup>27</sup>

Um meio termo entre a racionalidade instrumental e um comportamento totalmente guiado pelas normas sociais também é objetivo de Rutherford (1994), que, ao discutir os estudos da OIE e da NIE, conclui:

[...] the traditional dichotomy between rationality and rule following is less likely to be solved by a reduction of norm-guided behavior to some type of rational choice process than by the generation of a broader conception of human motivation that can encompass both those aspects that respond to self-interest as narrowly defined and those that are driven by other ideals or psychological needs. (RUTHERFORD, 1994, p. 80).

A partir disso, Hodgson (2004, p.421-23) apresenta uma série de pontos-chaves para a elaboração do conceito de racionalidade compatível com o institucionalismo:

1. Todas as considerações realizadas na tomada de decisão fazem parte da estrutura cognitiva do ser humano. Desde a linguagem à interpretação.

2. Esta estrutura cognitiva é dependente do contexto social. Através da combinação de processos conscientes e inconscientes, da socialização e da educação, cria-se o aparato cognitivo que dará origem à decisão racional.<sup>28</sup>

3. Os hábitos de pensamento são o canal pelo qual o contexto social interfere na ação individual e a “reconstitutive downward causation, from specific social structure to individual, operates by creating and molding habits” (HODGSON, 2004, p. 422).

4. Diferenças culturais e institucionais podem afetar a seleção, interpretação e o entendimento das informações.

5. Algumas condições devem existir antes que o indivíduo possa incorporar os hábitos: os instintos, inerentes ao ser humano, frutos de milhões de anos de evolução, são pré-condição para a fixação dos hábitos.

---

<sup>27</sup> Hodgson (2004) dá o exemplo da ida ao supermercado para montar uma refeição. Dividiríamos a decisão em etapas: primeiro escolhe-se carne (vermelha ou peixe), depois os vegetais compatíveis com a carne, depois os carboidratos que combinam etc. O contexto social apareceria na escolha: certas combinações de carne com carboidratos são aprendidas culturalmente.

<sup>28</sup> “Individual rationality depends on cultural and institutional mechanisms and supports” (HODGSON, 2004, p. 422).

Assim, “rationality depends and rests upon a complex foundation of habits, tacit knowledge and experience. This foundation itself depends – at least initially – on instinctive triggers and support” (HODGSON, 2004, p. 423).

Tal noção remete ao antigo institucionalismo, agora com conceitos muito melhor esclarecidos, além de aparatos experimentais bem desenvolvidos. Tanto a teoria dos jogos como a economia experimental são ferramentas importantes e tem revelado quais são as limitações da racionalidade instrumental, promovendo críticas que ajudam na construção de um novo conceito de racionalidade (SMITH, 2008; ELSTER, 1990; KAHNEMANN, TVERSKY, 1990). Além disso, tais estudos convergem para a contribuição das modernas psicologia e neurologia, assuntos do próximo capítulo.

Fica, pois, claro que tanto a Economia Institucional Original quanto a Nova Economia Institucional têm suas contribuições a dar à construção desta nova teoria que se propõe. Mesmo com as contradições existentes, muito das escolas podem ser complementares. Esta é a conclusão que chega Rutherford (1994) ao final de seu livro em que estuda autores da OIE e da NEI:

[...] the point is that the OIE and NIE could speak to each other to a much greater extent than is commonly recognized, and that there could be significant gains from such conversation, particularly if the similarity of the problems faced and the areas of complementarity that exist were to be the focus of the discourse. (RUTHERFORD, 1994, p. 181).

A racionalidade, nesta teoria, aproxima-se da “racionalidade procedimental”, que salienta a irreduzibilidade das normas sociais à racionalidade individual, enfatizando a necessidade de considerarem-se as instituições vigentes em cada sociedade (MONASTÉRIO, 1995). Daí, os autores neo-institucionalistas partem para uma análise empírica das diferentes instituições que propiciaram ou não o crescimento econômico em diversos países.

## 5. ABORDAGENS RECENTES

“Deve admitir-se que a nova concepção teórica teve sua origem não em algum vôo da imaginação, mas na força irresistível dos fatos da experiência”

(A. Einstein, Pensamento Político e Últimas Conclusões, Capítulo 14)

“E se não houvesse idéias misturadas, a ação da mente ao observar a relação seria, propriamente falando, uma sensação, e não um raciocínio. Portanto, é necessário, que, em todos os raciocínios prováveis, haja alguma coisa presente à mente, quer seja vista ou lembrada, e que dessa coisa infiramos algo a ela conectado, que não é nem visto nem lembrado.”

(D. Hume, Tratado da natureza Humana, Livro 1, Parte III, Seção VI)

Neste capítulo agregamos algumas propostas recentes que tentam incorporar um conceito de racionalidade diverso dos expostos anteriormente, sem relação direta com o institucionalismo, mas indiretamente partilhando algumas de suas idéias. Optou-se por apresentar estas teorias, em princípio distantes do foco do estudo, para inserir o institucionalismo em um ambiente atual nos debates científicos: a elaboração de um modelo de racionalidade que explique o comportamento sob uma perspectiva mais abrangente e próximo da realidade. Dessa forma, apresentar-se-ão as teorias de Vernon Smith, de Kahnemann e Tversky e um novo ramo da economia que utiliza ferramentas da neurologia, chamada de “neuroeconomia”.

### 5.1 Vernon Smith

Vernon Smith iniciou seus estudos com métodos de economia experimental aplicados ao estudo do comportamento e dos mercados ainda nos anos 50. Em 1963, ele já lecionava cursos de economia experimental. Desde então, Smith aplica experimentos em laboratório que simulam a realidade e as decisões individuais, retirando daí contribuições para políticas e desenhos de mercados que busquem

maior eficiência. O autor explica que passou por uma lenta transição, pois partiu de um “pensamento ortodoxo” e, conforme seus estudos evoluíam contra tal pensamento, reformulou-o. Ele explica ainda no prefácio de *Rationality in Economics* (2008):

There are many reasons for the change, but of unique significance is the discovery that programming myself through the challenging exercises of designing and conducting experiments forced me to think through the process rules and procedures of institutional arrangements within agents interact. (SMITH, 2008, p. xiv).

A fim de comportar a realidade que captava sob seus experimentos e uni-la com as teorias e axiomas tradicionais, Vernon Smith impôs-se a meta de conciliar a racionalidade ecológica e com a construtivista.

A “racionalidade construtivista” (*constructivist rationality*) pode ser aplicada tanto aos indivíduos quanto às organizações. Esta envolve o uso deliberado da razão para analisar e escolher a melhor alternativa dentre as possíveis. Quando aplicada às organizações, tal racionalidade representa o desenho deliberado de um sistema de regras para atingir determinado objetivo (SMITH, 2008, p. 2).

A “racionalidade ecológica” (*ecological rationality*) refere-se às ordens emergentes que se materializam sob a forma de práticas, normas ou regras institucionais que governam as ações individuais e fazem parte da herança cultural e biológica. Tais instituições são criadas pela interação entre os indivíduos, mas não fazem parte do pensamento consciente destes (SMITH, 2008, p. 2).

É importante notar que estes conceitos não são excludentes, pelo contrário: são complementares.

Seria normal associarmos o construtivismo às tentativas de formalização e modelação das ações individuais, enquanto a racionalidade ecológica fica mais próxima à adaptação das decisões ao longo do tempo. Por este motivo, Smith argumenta que toda a decisão empreendedora foi, em algum momento, fruto da criação construtivista de um indivíduo, mas o que a julgará ser ecologicamente adequada ou não serão as forças socioeconômicas que estão muito além da tomada de decisão original (SMITH 2002; 2008):

Ecological rationality [...] always has an empirical, evolutionary, and/or historical basis; constructivist rationality need have little, and where its specific abstract propositions lead to some form of implementation, it must survive tests of acceptability, fitness, and/or modification. (SMITH, 2008, p. 25).

Descrevendo cada um dos dois tipos de racionalidade, Vernon Smith argumenta que o construtivismo tem seu primeiro esboço com René Descartes, para o qual todas as instituições sociais devem ser criadas através do processo consciente e dedutivo da razão. Outros construtivistas seriam Jeremy Bentham e John Stuart Mill. Contudo, o conceito teria sido elaborado por Hayek e assenta-se sobre os princípios cartesianos citados. Entre as teorias que utilizam a racionalidade construtivista estaria o que Smith denomina como 'standard socio-economic science model' (SSSM). Tal teoria, como o próprio nome sugere, foi (e com algumas modificações, continua sendo) o *mainstream* da economia, e ainda gera previsões testáveis, que justamente motivaram os experimentalistas. Contudo, Smith afirma que modificações e adaptações pontuais não são suficientes para aproximar o modelo da realidade.

Isto porque se assume que o agente possui informações completas, tanto da situação presente quanto das possibilidades futuras. Contudo, como isto não é possível, implicitamente acreditamos que “nossas antenas parabólicas capturam” o essencial sobre o que observamos, e então: “we carry these tools into the world for application without all the necessary caveats that reflect the tractability constraints imposed by our bounded professional cognitive capacities as theorists” (SMITH, 2008, p. 31).

Além disso, Smith alerta para algo cada vez mais claro para a neurologia: a atividade humana é dominada por processos inconscientes e autônomos, os quais são permitidos por um sistema neurofisiológico que funciona sem acionar o recurso mais escasso no cérebro: a atenção e a razão consciente. Antônio Damásio, renomado internacionalmente por suas pesquisas na área neurológica, coloca que “é correto supor que a maior parte das ações causadas pelo cérebro e que estão ocorrendo neste preciso momento não são de todo deliberadas” (DAMÁSIO, 1996, p. 115). Da mesma forma, os indivíduos não estariam a par de todos os fenômenos sócio-econômicos que estão por trás da produtividade e da eficiência dos mercados, os quais dão origem à riqueza econômica e social (SMITH, 2008, p.36).

Para suprir estas deficiências, Vernon Smith propõe o conceito de racionalidade ecológica. Este conceito assentar-se-ia sobre as recentes descobertas nas áreas da psicologia e da economia experimental, cujo expoente é o próprio

Vernon Smith, Prêmio Nobel de Economia em 2002. Segundo o autor, a racionalidade ecológica seria resultado de um “undesigned ecological system that emerges out of cultural and biological evolutionary processes: home grown principles of action, norms, traditions, and ‘morality’” (SMITH, 2002, p. 508)

Para tanto, V. Smith resgata os escritos de David Hume, para o qual havia limites na racionalidade humana que impediam a pretensão cartesiana de deliberar conscientemente sobre todas as questões da ordem social. Assim, “a ordem na vida e na sociedade surgem das normas emergentes e do aprendizado nascido da experiência muito mais do que do desenho construtivista da razão” <sup>29</sup> (SMITH, 2008, p. 37).

Por fim, o autor argumenta que a racionalidade construtivista é importante para fomentar a variação, enquanto que a racionalidade ecológica faria a seleção: “in cultural and biological coevolution, order arises from mechanisms for generating variation which is applied mechanisms for selection” (SMITH, 2008, p.38). Desta forma, a razão construtivista é ótima para promover a variação, contudo, é limitada para considerar todas as questões que envolvem a seleção, da qual somente processos “ecológicos” podem dar conta. Em suma:

Emergent arrangements and behaviors, even if initially constructivist, must have fitness properties that incorporate opportunity costs and social environmental challenges invisible to constructivist modeling, but that are an integral part of experience and selection process. This leads to an alternative, ecological concept of rationality: an emergent order based on trial-and-error cultural and biological coevolutionary change. (SMITH, 2008, p.322)

Após apresentar as principais idéias de Vernon Smith, há de se encontrar muitas semelhanças com as três escolas institucionalistas apresentadas durante o trabalho. Ao incorporar o contexto institucional à racionalidade humana, Smith aproxima-se de Veblen e dos antigos institucionalistas<sup>30</sup>. Por extensão, seu trabalho caminha paralelo ao desenvolvimento dos neo-institucionalistas, para os quais a racionalidade não emerge apenas nas bases da cognição, mas sim da interação com outros agentes. (HODGSON, 2004, p.413)

---

<sup>29</sup> Em tradução livre.

<sup>30</sup> Hodgson (2004) atenta para o fato de que Vernon Smith foi aluno de Chamberlin, que por sua vez teve influência de Veblen em suas teorias sobre a concorrência monopolítica.

Além disso, o próprio Vernon Smith compara sua divisão à de Herbert Simon, entre a racionalidade substantiva e a restrita. Entretanto, Smith estaria acrescentando algo a mais em suas teorias: a mudança institucional como parte da adaptação das tomadas de decisão ao ambiente. Esta perspectiva é justamente a reivindicação dos neo-institucionalistas.

## 5.2 Kahneman e Tversky

Apesar de tratarem mais especificamente da decisão sob incerteza, optamos por apresentar os estudos de Kahneman e Tversky porque eles incorporam ferramentas úteis para a análise do comportamento econômico, agregando importantes *insights* ao conceito de racionalidade. Tais contribuições advêm da junção entre psicologia e economia, algo que remonta a Adam Smith (Teoria dos Sentimentos Morais), a David Hume (Tratado da Natureza Humana), a Thorstein Veblen (A teoria da Classe Ociosa) e, mais recentemente, a Herbert Simon.

Foi em 1979, quando da publicação do artigo intitulado *Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk* na revista *Econometrica*, que Kahneman e Tversky alçaram a economia psicológica a novos patamares. A partir deste estudo, a economia comportamental atraiu a atenção do *mainstream* por apresentar uma crítica à teoria da utilidade esperada, utilizando-se de experimentos que mostram a incapacidade desta teoria em explicar e prever certos comportamentos humanos. Como sintetiza Matthew Rabin (2002):

But these methods [individualismo metodológico e formalizações matemáticas] create a necessary evil: We must use highly simplified and stylized models of human cognition, preferences, and behavior that, in every instance, omit a tremendous amount of psychological reality. To formulate precise and testable hypotheses, ignoring some facet of human nature is unavoidable. (RABIN, 2002, p. 672).

Kahneman (2002) propõe o conceito de “acessibilidade” (*accessibility*), segundo o qual a tomada de decisão em cada momento depende do tipo de acessibilidade que elas despertam no cérebro. Tal acessibilidade é afetada pelo

*frame effect*<sup>31</sup> e pelo *reference-dependent effect*<sup>32</sup>. Com alguns experimentos, Kahneman (2002) exemplifica estes efeitos:

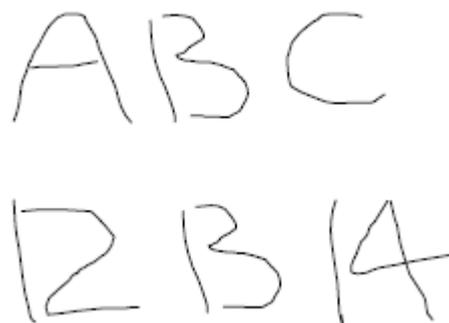
- *Reference-Dependent Effect:*



Fonte: KAHNEMAN,2002

O quadrado de dentro aparenta ter cores diferentes porque nossa percepção visual depende das cores relativas à sua volta. Na verdade, a luminosidade refletida é a mesma nos dois quadrados internos. Esta figura demonstra a dependência que nossa percepção tem da referência com a qual trabalhamos.

- *Frame Effect:*



Fonte: KAHNEMAN, 2002

Esta figura acima demonstra o quanto o contexto influi na nossa observação, pois o mesmo sinal (centro) pode estimular significados diferentes dependendo do

---

<sup>31</sup> Efeito da formulação, em tradução livre.

<sup>32</sup> Efeito Dependência da referência, em tradução livre.

meio em que se encontra. O mesmo sinal que, em meio às letras, aparece como um “B”, em meio aos números aparenta ser um “13”.

Estes são os experimentos mais simples que demonstram os meandros da tomada de decisão. Muitas outras pesquisas mais complexas foram feitas como crítica à teoria da utilidade esperada e contribuíram com o posterior desenvolvimento da economia comportamental. A partir de extensivos experimentos, a proposta da “Prospect Theory” (KAHNEMANN; TVERSKY, 1979) explicou o comportamento antes considerado “irracional”:

a) A mudança *relativa* na riqueza corrente é mais importante que seu valor *absoluto*;

b) As pessoas são amantes do risco nas perdas e avessas ao risco nos ganhos.

Na tentativa de explicar a forma como tais fenômenos podem impactar nas escolhas econômicas, Kahneman propõe que as decisões poderiam ser distinguidas entre intuitivas (*system 1*) e controladas (*system 2*).

Em sua “Prize Lecture” de 2002, quando foi premiado com o Nobel de Economia ao lado de Vernon Smith e com contribuições fundamentais de Amos Tversky (falecido à época), Kahneman define dois tipos de processos cognitivos: “The operations of System 1 are fast, automatic, effortless, associative, and difficult to control or modify. The operations of System 2 are slower, serial, effortful, and deliberately controlled; they are also relatively flexible and potentially rule-governed”<sup>33</sup> (KAHNEMAN, 2002, p. 450).

O Sistema 1 englobaria a intuição e estaria mais suscetível à emoção, além de utilizar a produção de atalhos que facilitariam a decisão, mas que podem levar a erros recorrentes.<sup>34</sup> O Sistema 2 estaria relacionado às decisões deliberadas, que dependem de maior tempo para serem consideradas e podem ser evocadas através da linguagem.

---

<sup>33</sup> Tal divisão (ou inexistência de tal divisão) será resgatada em outros termos no capítulo seguinte.

<sup>34</sup> Esta idéia é estudada com o nome de “heuristics and biases” (heurística estudando os atalhos e biases estudando os enganos).

A intermediação entre os dois sistemas seria feita pelo conceito de acessibilidade, ou seja, a percepção (*sistema 1*) desperta o acesso a determinadas representações que irão guiar a nossa razão deliberada (*sistema 2*).

O conceito de que as decisões deliberadas sofrem influência dos tipos de reações despertadas quando da colocação do problema também é motivo de estudo na neurociência, como será visto na próxima seção.

### 5.3 Neuroeconomia

A neuroeconomia resulta da recente e crescente utilização das ciências do cérebro para o estudo do comportamento econômico humano. Isto porque, uma vez assumida a hipótese de que os indivíduos não são caixas-pretas, (ou então, assumindo que a economia deve se preocupar com o que há dentro da caixa-preta), o estudo do processo cognitivo é fundamental para entender como se dá a tomada de “decisão racional”. Em artigo de 2005 intitulado *How Neuroscience Can Inform Economics*, Camerer, Lowenstein e Prelec atentam para o fato de que a neurociência pode trazer novas informações à economia, superando postulados que haviam sido assumidos na época em que não se tinha acesso a tais informações. Desta forma, alguns postulados básicos podem perder seu caráter axiomático (SCHANT; MARTÍN; NAVARRO, 2007). A economia poderia libertar-se dos conceitos de ‘preferência revelada’ e ‘utilidade ordinal’ que supriam a incapacidade de analisar os pensamentos e sentimentos que realmente geravam as decisões. A preferência revelada simplesmente substituíra as preferências que não podiam ser observadas pelas escolhas que podiam ser observadas. Contudo, com o auxílio da ressonância magnética funcional, do eletroencefalograma e da tomografia pela emissão de pósitrons<sup>35</sup>, pode-se adentrar a última caixa-preta: o cérebro. Tais

---

<sup>35</sup> O Eletroencefalograma (EEG) é o método mais antigo e mede os impulsos elétricos após determinados estímulos. A tomografia pela emissão de pósitrons (PET), também mais antigo, mas ainda útil, mede o fluxo sanguíneo. Através disso, podem-se analisar as áreas cerebrais ativadas com determinados estímulos, pois se assume que esta atividade eleva o fluxo de sangue para tal região. A técnica mais recente e mais comum de imagem cerebral é a ressonância magnética funcional (fMRI), pois ela não depende da injeção de nenhuma substância no paciente e alcança a precisão de

ferramentas permitem o estudo dos componentes físicos e químicos acionados no momento em que ocorre a tomada de decisão, e a partir daí pode-se modelar um processo cognitivo que explicaria, a partir dos fatos e não de axiomas, o comportamento econômico. Para tanto, recorre-se à anatomia cerebral, que divide o cérebro em áreas. A mais comum divisão do cérebro humano:

[...] draws a distinction between the "reptilian brain," which is responsible for basic survival functions, such as breathing, sleeping, eating, the "mammalian brain," which encompasses neural units associated with social emotions, and the "hominid" brain, which is unique to humans and includes much of our oversized cortex - the thin, folded, layer covering the brain that is responsible for such "higher" functions as language, consciousness and long-term planning. (CAMERER; LOWENSTEIN; PRELEC, 2005, p. 13).

Mais do que entender a anatomia do cérebro humano, a neurociência busca entender o que cada área cerebral realiza, ver quais áreas são acionadas com cada tipo de estímulo e, depois, compreender como o cérebro realiza determinadas tarefas. Aqui, temos que ressaltar a perspectiva evolucionista trazida por António Damásio.

Este neurologista e neurocientista português incorporou a perspectiva evolucionista darwiniana para compreender o comportamento humano. Para isso, estudou como se deu a evolução histórica do cérebro até o ponto atual, encontrando relações entre os sistemas responsáveis pelas *emoções*<sup>36</sup> e os responsáveis pelo *raciocínio*. Ao contrário do senso comum, que diz que as emoções atrapalham o raciocínio, Damásio propõe que o raciocínio depende das emoções.

[...] a mente não está vazia no começo do processo de raciocínio. Pelo contrário, encontra-se repleta de um repertório variado de imagens, originadas de acordo com a situação enfrentada e que entram e saem de sua consciência numa apresentação demasiado rica para ser rápida ou completamente abarcada. (DAMASIO, 1994, p.202).

---

3mm, além de medir a atividade de forma simultânea. Esta técnica mede o fluxo sanguíneo através das alterações nas propriedades magnéticas decorrentes do consumo de oxigênio pelas células neuronais. Um complemento à fMRI está nas imagens da tensão de difusão (DTI) que analisa a direção do fluxo sanguíneo, explicitando como se dá as relações *entre* as áreas neurais. É importante salientar que as diferentes regiões neuronais não são autônomas, mas constituem um sistema coeso e integrado, o qual não podemos compreender analisando somente uma área de cada vez (SCHANT, MARTÍN, NAVARRO, 2007; CAMERER, LOWENSTEIN, PRELEC, 2005).

<sup>36</sup> "An emotion is defined as a collection of changes in body and brain states triggered by a dedicated brain system that responds to specific contents of one's perceptions, actual or recalled, relative to a particular object or event" (BECHARA, DAMASIO, 2005, p. 339).

O canal pelo qual as emoções interferem na razão é denominado pelo autor de “hipótese do marcador-somático”<sup>37</sup>: as experiências passadas marcam o corpo e afetam as decisões futuras por meio das emoções que despertam no indivíduo. Desta forma, esta hipótese dá suporte à noção de que as pessoas julgam as prováveis conseqüências dos seus atos baseadas em “palpites”, em “sentimentos instintivos” e em critérios subjetivos (BECHARA; DAMASIO, 2005).

O estudo que guiou Damásio para este resultado analisa o caso de pessoas que sofreram acidentes que danificaram seus cérebros<sup>38</sup>. Elas mantiveram sua capacidade cognitiva intacta, mas sofreram déficits emocionais. Tais indivíduos mudaram de comportamento, passaram a não conseguir tomar decisões e, se tomavam, eram decisões claramente erradas. Ou seja, “It is not enough to ‘know’ what should be done; it is also necessary to ‘feel’ it.” (CAMERER, LOWENSTEIN, PRELEC, 2005, p. 29)

Em *O Erro de Descartes* (1994), Damásio propõe a inversão do postulado mais famoso de Descartes: “penso, logo existo”. Ao propor que a separação cartesiana entre a “coisa pensante” e o “corpo não pensante” não existe, Damásio propõe que “existo, logo penso”. Ou seja, ele critica “a separação das operações mais refinadas da mente, para um lado, e da estrutura e funcionamento do organismo biológico, para outro” (DAMASIO, 1994, p. 280). Na verdade, tal separação não existe, pois a evolução do cérebro utiliza recursos já existentes para adaptar-se às novas situações. Ou seja, a estrutura mais recente do cérebro, o mecanismo deliberativo, assenta-se sobre as estruturas mais primitivas, as emoções e instintos, dependendo delas para agir.

Estes estudos mostram, através da neurologia, que a racionalidade humana não pode ser puramente deliberada, pois depende das experiências individuais e da estrutura instintiva da raça humana. Assim, em pleno o século XXI, desenvolveram-se técnicas científicas que argumentam a favor das teorias do antigo institucionalismo. Além disso, os estudos dos neo-institucionalistas convergem para o mesmo ponto, acrescentando a necessidade de especificar *como* as

---

<sup>37</sup> Etimologia de “marcador-somático”: *somático* do grego *soma*, quer dizer corpo; *marcador* de “marcar” uma imagem. Ou seja, um estado ou imagem que marca o corpo.

<sup>38</sup> Casos famosos, como o de Phineas Gage, ainda em 1848.

macrovariáveis afetam o comportamento individual, pois o fato de que isto acontece já está sendo provado.

Outro ponto em que a preocupação é crescente reside na formação das preferências individuais. Chorvat e McCabe (2005) resumem: “Where psychological models and neurobiological models might be particularly helpful is in enabling us to elucidate how tastes are formed” (CHORVAT; MCCABE, 2005, p.113). Neste artigo, publicado em uma revista de Direito de Chicago, os autores pretendem entender até que ponto as leis são capazes de influir nas ações dos indivíduos, por exemplo: as leis afetariam apenas as decisões deliberadas e conscientes ou podem afetar também os aspectos inconscientes da decisão? A neuroeconomia, em uma tentativa de explicar o comportamento racional, ajudaria a explicar como se dá a tomada de decisão, e em que medida ela é realmente determinada deliberadamente.

Já Douglas North (2005) dedica grande parte do seu livro à questão da consciência e de como nossas crenças e as instituições que nos cercam influenciam a condição humana, e, portanto, nossas decisões. Para tanto, utiliza a psicologia e a neurologia cognitiva: “The way we perceive the world and construct our explanation about that world requires that we delve into how the mind and brain work – the subject matter of cognitive science” (NORTH, 2005, p. 5).

Estes novos *insights* e novas técnicas trazidos pela neurologia motivaram a apresentação destes estudos. De qualquer forma, é válido frisar que, sendo uma abordagem recente e inovadora, ainda há muito a ser desenvolvido, bem como ainda não está clara a contribuição que a neurociência pode trazer para a economia e psicologia. Espera-se que o conceito de racionalidade buscado pelas escolas institucionalistas utilize estas técnicas como ferramentas para compreender a interação entre o indivíduo, o contexto social e os impactos desta interação sobre a tomada de decisão.

## CONCLUSÃO

A Ciência Econômica teve como partida os escritos de Adam Smith em dois livros que podem ser considerados tratados sobre o comportamento humano (*Theory of Moral Sentiments*, 1759) e seu resultado macroeconômico (*An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of the Nations*, 1776). Em *The Theory of Moral Sentiments*, Smith expôs as motivações que geram as decisões econômicas, adentrando áreas que hoje não são consideradas campo da ciência econômica. A grande vantagem de Smith (e de outros pensadores) é que, naquela época, não havia distinção entre os ramos do conhecimento: Adam Smith, como pensador, escrevia sobre psicologia, filosofia, antropologia, sociologia, administração e economia.

Após mais de duzentos anos de desenvolvimento, o conhecimento tornou-se cada vez mais específico e cada área desenvolveu formas próprias de tratar a realidade. Com isto, as metodologias moldaram-se conforme os problemas que surgiram: a Economia buscou explicar a alocação dos recursos escassos, a Psicologia compreender o comportamento e os processos mentais tendo como base o indivíduo, a Sociologia, por fim, buscou entender o comportamento humano em meio aos fenômenos sociais.

Em termos gerais, a economia utilizou o individualismo metodológico; a sociologia aproximou-se do coletivismo metodológico. Neste ponto, a psicologia aparece como a ciência capaz de unir estas duas áreas, explicando como os fenômenos sociais projetam-se nos indivíduos, e como a resposta destes indivíduos projeta-se na sociedade. Este estudo, portanto, exalta a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade das ciências humanas, pois o poder explicativo destas ciências conjuntas é maior que desmembradas.

O conceito de racionalidade permeia as ciências humanas, formando a base sobre a qual se explica o comportamento do indivíduo. Como diz Heap: “[rationality] is a relation of consistency between preferences, information and action.” (HEAP, 1992, p. vii). Entretanto, a economia sempre se ateve ao resultado da escolha e não ao processo de escolha. Sempre tentou responder “o quê”, mas não “como”. Nas

palavras de Simon: “economics has largely been preoccupied with the *results* of rational choice rather than the *process* of choice” (SIMON, 1978, p. 2).

No primeiro capítulo, apresentamos os conceitos de racionalidade substantiva, limitada e procedimental, apenas como conceitos a serem desenvolvidos e relacionados a cada escola econômica discutida.

No segundo capítulo, expomos a Economia Institucionalista Original que, ao criticar a economia neoclássica, recuperou conceitos evolucionários em busca de uma teoria que explicasse o desenvolvimento econômico a partir da interação entre a sociedade e o indivíduo. Esta teoria nega o reducionismo derivado da adoção do individualismo metodológico, sugerindo que o indivíduo não é um átomo imutável, mas está em constante evolução conjunta às instituições que o cercam. Conofrme ressaltamos: “Individuals interact to form institutions, while individual purposes or preferences also are molded by socioeconomics conditions” (HODGSON, 1998, p. 177). A racionalidade individual estaria, pois, atrelada ao meio social ao qual pertence o indivíduo, caracterizando-a como *racionalidade procedimental*.

No terceiro capítulo, apresentamos a Nova Economia Institucional, que busca aliar o estudo das instituições à economia neoclássica, acrescentando pressupostos mais próximos à realidade, sem, no entanto, perder o caráter formal da teoria. Para tanto, manteve-se fiel ao individualismo metodológico. Colocamos também que, na tentativa de manter a formalização acrescentando os conceitos de custos de transação e de limitação cognitiva dos indivíduos, a NEI incorporou o conceito de *racionalidade limitada* de Herbert Simon. Observamos que tal posição está em constante evolução e North já se aproxima do conceito de racionalidade procedimental.

No quarto capítulo, discutimos o posicionamento intermediário dos neo-institucionalistas, que se afastam tanto do individualismo quanto do coletivismo metodológicos, em uma tentativa de explicar como as instituições sociais reconstituem os objetivos e preferências individuais, e de que forma a soma destas preferências se reflete nas instituições. Para tanto, exige-se o estudo da construção das estruturas cognitivas que dão base à racionalidade individual. Neste caso, portanto, retoma-se a *racionalidade procedimental*.

No último capítulo, desvelamos estudos que tentam explicar as ações humanas a partir do entendimento dos processos cognitivos que são exercidos durante a tomada de decisão, utilizando tanto ferramentas da psicologia quanto da fronteira da neurociência.

Em suma, delineamos um traço que buscou distinguir o conceito de racionalidade em cada escola, acabando por mostrar que a racionalidade substantiva, apesar de ter se mostrado útil no desenvolvimento científico, parece ter esgotado seu poder explicativo. A incorporação da racionalidade restrita apontou em direção às limitações da racionalidade substantiva. Por fim, a racionalidade procedimental apresenta um caminho através do qual a economia pode responder às questões do comportamento econômico, sem recorrer aos axiomas e ao reducionismo neoclássicos: a interdisciplinaridade.

O renascimento do antigo institucionalismo através dos estudos de Hodgson, Galbraith e Rutherford aponta para o fato de que aquela teoria não se constitui em um programa degenerativo. Talvez o que falte seja um núcleo rígido para a solidificação de uma teoria das instituições, mas é na construção de tal núcleo que rumam os estudos dos neo-institucionalistas. Neste ponto, lamentamos não poder incorporar uma análise mais profunda sobre as possibilidades futuras de tais desenvolvimentos, tampouco conseguimos esgotar a literatura acerca da evolução do conceito de racionalidade. Um próximo estudo pode incorporar a análise da decisão sob incerteza, pois este tema, apesar de tangenciar o trabalho, não foi tratado com a atenção merecida.

O que fica claro ao fim deste estudo é que o entendimento do comportamento *econômico* é fundamentalmente o entendimento do comportamento *humano*. Por esta razão, a interdisciplinaridade entre economia, sociologia, filosofia, antropologia, psicologia e, futuramente, a neurologia, juntamente com uma visão evolucionista que incorpore as mudanças cumulativas e históricas, será a maneira mais sensata de responder às questões colocadas ainda no século XVIII, época em que todas estas ciências eram compreendidas com um único objetivo: o *conhecimento*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, A.; DAMASIO, A. R. The somatic marker hypothesis: A neural theory of economic decision. **Games and Economic Behavior**, v. 52, p.336-372, August 2005.

BOWLES, S. Endogenous Preferences: The Cultural Consequences of Markets and other Economic Institutions. **Journal of Economic Literature**, v. 36, p. 75-111, Março 1998. Disponível no site: <http://www.jstor.org/pss/2564952>. Último acesso em 17 de Junho de 2009.

CAMERER, C.; LOEWENSTEIN, G.; PRELEC, D. Neuroeconomics: How Neuroscience Can Inform Economics. **Journal of Economic Literature**, v. 43, p. 9-64, March 2005.

CHORVAT, T. R.; MCCABE, K. A. A. Neuroeconomics and Rationality. **Chicago-Kent Law Review**, Vol. 80, p. 101, 2005. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=748264>. Último acesso em 18 de março de 2009.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Os Antigos, os Novos e os Neo-Institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista. **Revista Análise Econômica** (UFRGS), Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 25-46, 2001. Disponível no site: [http://www.ufrgs.br/fce/rae/edicoes\\_anteriores/pdf\\_edicao36/artigo02.pdf](http://www.ufrgs.br/fce/rae/edicoes_anteriores/pdf_edicao36/artigo02.pdf) Último acesso em 20 de outubro de 2006.

\_\_\_\_\_. Além da Transação: uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-keynesianos. **Economia** (Campinas), v. 8, p. 621-642, 2008.

CORAZZA, G. Ciência e Método na História do Pensamento Econômico. Publicação da Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

DAMÁSIO, A. R. **O erro de Descartes**: emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DESCARTES, R. **Discurso do Método e Tratado das Paixões da Alma**. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1961 [1637].

DUGGER, W. The New Institutionalism: New But Not Institutionalist. **Journal of Economic Issues**, v. 24, n. 2, p. 423-431, Junho de 1990.

EINSTEIN, A. **Pensamento Político e Últimas Conclusões**. São Paulo: Ed. Brasiliense SA, 1983 [1956].

ELSTER, J. Social Norms and Economic Theory. **The Journal of Economic Perspectives**, v.3, n. 4, p.99-117, Outono de 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/>. Último acesso em 10 de Outubro de 2009.

\_\_\_\_\_. When Rationality Fails. In: COOK, K. S. e LEVI, M. **The Limits of Rationality**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p. 19-51.

FERNANDES, A. S. *A Evolução Dos Conceitos De Racionalidade Na Teoria Econômica*. Dissertação de Mestrado no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Setor de Ciências Aplicadas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2000. Disponível em <http://br.geocities.com/adsbicca/textos/div2609.pdf> Último acesso em 24 de Abril de 2009.

FERRARI FILHO, F.; CONCEIÇÃO, O. A. C. A Noção de Incerteza nos Pós-Keynesianos e Institucionalistas: Uma Conciliação Possível? **Nova Economia**, v. 11, n. 1, p. 99-122. Belo Horizonte: Julho 2001.

FOSTER, J. From simplistic to complex systems in economics. **Cambridge Journal of Economics**, Vol. 29, Issue 6, pp. 873-892, 2005. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=904708>. Último acesso em 11 de Novembro de 2009.

FURUBOTN, E. The Old and the New Institutionalism in Economics. In: KOSLOWSKY, P. **Methodology of the social sciences, ethics, and economics in the newer historical school**: from Max Weber and Rickert to Sombart and Rothacker Studies in economic ethics and philosophy. Springer, 1997.

FURUBOTN, E; RICHTER, R. **The New Institutional Economics**: a collection of articles from the Journal of Institutional and Theoretical Economics. Tübingen: Mohr, 1991.

HERSCOVICI, A. Irreversibilidade, Incerteza e Teoria Econômica: Reflexões a Respeito do Indeterminismo Metodológico e de suas Aplicações na Ciência Econômica. **Estudos Econômicos**, v. 34, n. 4, p. 805-825. São Paulo: Outubro-Dezembro, 2004

HEAP, S. H. et al **The Theory of Choice: A Critical Guide**. Oxford: Blackwell, 1992.

HODGSON, G.M. Thorstein Veblen and Post-Darwinian Economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 16, n. 3, p. 285-301, September 1992.

\_\_\_\_\_. **Economics and Evolution: bringing life back into economics**. The University of Michigan Press. 1996.

\_\_\_\_\_. From Micro to Macro: The Concept of Emergence and the Role of Institutions. Paper presented at the international seminar on '**Institutions and Economic Development: Toward a Comparative Perspective on State Reform**'. Rio de Janeiro, Novembro de 1997.

\_\_\_\_\_. The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, v. 36, n. 1, p. 166-192, March 1998. Disponível no site: <http://www.jstor.org/stable/2564954>. Último acesso em 06 de julho de 2009

\_\_\_\_\_. **The Evolution of Institutional Economics: Agency, Structure and Darwinism in American Institutionalism**. London: Routledge, 2004.

\_\_\_\_\_. Institutions and Individuals: Interaction and Evolution. **Organization Studies**, 28(1), January 2007a, pp. 95-116. Disponível em <http://www.geoffrey-hodgson.info/user/image/instindiv.pdf> Último acesso em 14 de Abril de 2009.

\_\_\_\_\_. The revival of Veblenian Institutional Economics. **Journal of Economic Issues**, v. 41, n. 2, p. 325-340, June 2007b.

\_\_\_\_\_. Evolutionary and Institutional Economics as the New Mainstream? **Evolutionary and Institutional Economics Review**, 4(1), September 2007c, pp. 7-25. Disponível no site: <http://www.geoffrey-hodgson.info/user/image/evinsteconnewmainstream.pdf> Último acesso em 24 de setembro de 2008.

HUME, D. **Tratado da Natureza Humana**. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001 [1739-1740].

KAHNEMAN, D.; Maps of Bounded Rationality: A Perspective of Intuitive Judgment and Choice. **Prize Lecture**, p. 502 -560, December 8, 2002. Disponível no site: [http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/economics/laureates/2002/kahnemann-lecture.pdf](http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/2002/kahnemann-lecture.pdf). Último acesso em 18 de Março de 2009.

MATTHEWS, R. C. O. The Economics of Institutions and the Sources of Growth. **The Economic Journal**, n. 96, p. 903-918, Dezembro de 1986.

MONASTÉRIO, L. M. *A Economia Institucional-Evolucionária de Thorstein Veblen*. **Dissertação de Mestrado no curso de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS**. Porto Alegre: 1995.

MONTEIRO, S. M. M. Metodologia da economia e a filosofia da ciência. In: CORAZZA, G. (Org.) **Métodos da Ciência Econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

NELSON R. R.; WINTER, S. G. Neoclassical vs. Evolutionary Theories of Economic Growth: Critique and Prospectus. **The Economic Journal**, v84, n. 336, p. 886-905, December 1974. Disponível no site: <http://www.jstor.org/stable/2230572> Último acesso em 19 de Maio de 2009.

\_\_\_\_\_. **Uma Teoria Evolucionária da Mudança Econômica**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005.

NORTH, D. C. **Understanding the process of economic change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

RABIN, M. A perspective on psychology and economics. **European Economic Review**, v. 46, 657-685, 2002.

RUTHERFORD, M. **Institutions in Economics: The Old and the New Institutionalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. Veblen's evolutionary programme: a promise unfulfilled. **Cambridge Journal of Economics**, v. 22, n.4, p. 463-477, 1998.

SAMUELS, W. J.; The Present State of Institutional Economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 19, n. 4, p. 569-590, 1995.

SEN, A. K. Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory. **Philosophy and Public Affairs**, v. 6, n.4, p. 317-344, Verão 1977. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2264946> Último acesso em 18 de Março de 2009.

SCHANT. F. de; MARTÍN, J. M.; NAVARRO, A. M. Neuroeconomía y metodología: algunas reflexiones iniciales. **Presentado en la Academia Nacional de Ciencias de Buenos Aires**. 2007.

SIMON, H. A. Theories of Decision-Making in Economics and Behavioral Science. **The American Economic Review**, v. 49, n. 3, p. 253-283, Junho 1959. Disponível no site: <http://www.jstor.org/pss/1809901> Último acesso em 9 de abril de 2009.

\_\_\_\_\_. Rationality as Process and as Product of Thought. **American Economic Review**, v. 68, n. 2, p. 1-16, Papers and Proceedings of the Ninetieth Annual Meeting of the American Economic Association, Maio, 1978. Disponível no site: <http://www.jstor.org/stable/1816653>. Último acesso em: 12 de outubro de 2009.

\_\_\_\_\_. Rationality in Psychology and Economics. In: HOGARTH R .M. e REDER, M. W. **Rational Choice: The Contrast Between Economics and Psychology**. The University of Chicago Press. 1987.

SMITH, V. Constructivist and Ecological Rationality in Economics. **Prize Lecture**, p. 502 -560, December 8, 2002. Disponível no site: [http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/economics/laureates/2002/smith-lecture.pdf](http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/2002/smith-lecture.pdf). Último acesso em 18 de Março de 2009.

\_\_\_\_\_. **Rationality in economics: constructivist and ecological forms**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SZTOMPKA, P. **A Sociologia da Mudança Social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TALEB, N. N. **The Black Swan**: the impact of the highly improbable. New York: Random House International Edition, 2007.

THALER, R. H. From Homo Economicus to Homo Sapiens. **Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n.1, p.133-141, Inverno 2000. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/2647056> Último acesso em 4 de março de 2009.

TOLSTOI, L. N. **Guerra e Paz**. Rio de Janeiro, Editora LUX Ltda., 1960 [1865-1869].

TVERSKY A.; KAHNEMAN D. Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk. **Econometrica**, v. 47, n. 2, p. 263-291, March., 1979. Disponível no site: <http://www.jstor.org/stable/1914185>. Último acesso em 06 de Julho de 2009.

\_\_\_\_\_. Rational Choice and the Framing of Decisions. In: COOK, K. S. e LEVI, M. **The Limits of Rationality**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p. 60-89.

WILLIAMSON, O. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal of Economic Literature**, v. 38, n. 3, p. 595-613, September 2000. Disponível no site: <http://www.jstor.org/stable/2565421>. Último acesso em: 6 de Julho de 2009.